


Abril de 2015

4
8

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS

A yellow agricultural sprayer machine is shown in a field, spraying a green crop. The machine is moving from left to right, and the spray is visible as a mist of white droplets. The background shows a vast green field under a blue sky with some clouds.

**Dizemos NÃO aos agrotóxicos
Envenenados nos mantêm do cultivo
ao processamento de alimentos
Mas os povos já despertaram**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações Coeditoras

Ação Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Ação pela Biodiversidade
agenciabiodla@gmail.com
Campanha das Sementes da Via Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
rebiodiversidade@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
etcmexico@etcgroup.org
Grupo Sementes
semillas@semillas.org.co
Rede de Coordenação em Biodiversidade
rbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy
Sobrevivência
biodiversi@sobrevivencia.org.py

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
M^a. Eugenia Jeria, Argentina
M^a. José Guazzelli, Brasil
Valter Israel da Silva, Brasil
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
M^a. Fernanda Vallejo, Equador
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
David Cardozo, Paraguai
Norma Giménez, Paraguai
Martin Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente
sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera
constelacion@laneta.apc.org
ramon@grain.org

Diagramação

Versão em Castelhanho: Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com

Versão em Português:

Tradução: Valter Israel da Silva

Depósito Legal núm. 340.492/07

Edición amparada en el decreto 218/996

(Comisión del Papel)

issn: 07977-888X

Conteúdo

EDITORIAL

1

Livre comércio e a epidemia de comida ruim no México | *GRAIN*

2

UMA PANORÂMICA E MUITAS VISTAS

11

Chegou a hora da condenação do glifosato. Os povos tinham razão!

Pela proibição imediata do Glifosato na Argentina

19

Brasil: árvores transgênicas e resistência camponesa | *Silvia Ribeiro*

20

Brasil aprovou as árvores transgênicas | *(com informações de WRM)*

22

Comunidades pulverizadas na Costa Rica acusam o Estado e transnacional perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos | *Soledad Castro, Henry Picado y William Veja*

23

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS

24

Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA, vira programa de Governo no RS, Brasil e pode ganhar âmbito nacional / México. Territórios. Porque queremos seguir sendo o que somos / Rumo ao VI Congresso da CLOC VC Entrevista com Francisca Rodríguez / VI Congresso Continental CLOC-Vía Campesina / OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA INTEGRAL E POPULAR / Equador Um código de privação / Equador Apagando decisões dignas com o cotovelo

MITOS

37

Pulverizações aéreas e paz territorial: Existem alternativas? | *Ricardo Vargas*

As fotos de árvores que acompanham este número foram tiradas no Brasil, nas plantações e em seus arredores, por Leonardo Malgarejo, colaborador da Biodiversidade de números anteriores. As fotos relacionadas com o abacaxi e as pulverizações, incluída a da capa, foram tiradas por pessoas afiliadas à Frente Nacional de Setores Atingidos pela Produção de Abacaxi (FRENASAPP), da Costa Rica. Alguma é de Soledad Castro e outra de Henry Picado. Os desenhos que acompanham o texto sobre a invasão de comida ruim, são desenhos de Rini Templeton, a quem sempre estaremos agradecidos, por seu olhar amoroso e combativo, enquanto teve vida, e agora que vive na memória dos que entesouramos seu trabalho. Ver WWW.riniart.org. Fotos adicionais tem seu crédito na foto mesmo.

Agradecemos o apoio da Fundação Siemenpuu, de Elankidetza – Agencia Basca de Cooperação para o Desenvolvimento, da Fundação Swift, e da Fundação Rosa Luxemburgo.

A fotografia nos mostra a pulverização com maquinaria especializada à flor da terra, de um campo de monocultivo, obviamente industrial, de abacaxi. Talvez para uma pessoa urbana, pouco propensa a inteirar-se, a foto inclusive lhe pareça grandiosa, pela maravilha da tecnologia. Na realidade, cada pulverização que ocorre no planeta vai piorando a situação de nosso entorno, da gente e dos animais e plantas, do ar, da água, do futuro.

O que acontece se tentamos interconectar mais e mais processos aparentemente in conexos? Como se conectam as nocivas e assassinas pulverizações com os venenos agroquímicos que hoje se utilizam, com o incremento dos alimentos processados, a substituição de alimentos frescos pelo plantio e “cultivo” de mercadorias, na realidade matéria prima para a produção de comida que muitas vezes podemos simplesmente chamar de porcaria? Como joga isto com o aumento da obesidade, das diabetes, da marginalização dos pequenos comerciantes, das lojinhas das esquinas no altar das lojas de conveniência e os supermercados que vão pra todo lado, invadindo e concentrando os territórios de comércio independente para controlar a disponibilidade de certos alimentos que, seja dito as claras, são justamente estes que nos provocam o sobre peso e as diabetes? E os transgênicos? Que dizer do papel nada nobre que jogam no advento de uma agroindústria que não se detém diante de nada e consegue “convencer” aos governos que seu destino mutuo está intimamente ligado e é vital que não promova a justiça para as pessoas, mas sim o interesse das transnacionais, como acaba de ocorrer no Brasil com o plantio autorizado dos eucaliptos transgênicos.



Fumigación de piña en Costa Rica. Foto: Frenasapp

Como se relacionam os transgênicos com a promoção dos agroquímicos, claramente nocivos, letais, brutais.

Por isso as pessoas se organizam e então a gente entende plenamente o movimento da Via Campesina, e da Coordenadora Latino americana de Organizações do Campo (CLOC) e sua decisão irrenunciável de lutar contra a opressão, o colonialismo, o patriarcado e as corporações, contra a desabilitação da vida campesina e o desmonte da rentabilidade da produção própria de alimentos. Sua luta no altar da soberania alimentar que promova equidade, alimentação sadia e criatividade social mediante múltiplos processos de articulação e organização fortes, transparentes, sempre urgentes.

Devemos deter os transgênicos, os monocultivos agroindustriais, os venenos agroquímicos que afetam as mães e nossos filhos. Devemos promover uma justiça que freie a concentração de terra, o desmantelamento da propriedade coletiva e as servidões energéticas. Temos que examinar profundamente os mecanismos de fraude como REDD e os serviços ambientais. As alienações como as Reservas da Biosfera.

Nos urge defender nossos territórios do extrativismo e da violência que nos têm destinada. E neste horizonte, o espaço de reflexões que oferecemos desde Biodiversidade, Sustento e Culturas quer somar vozes, razões, entendimentos, visões do que são os ataques e as propostas de resistência e lutas reais, ou imaginadas, mas, convocadoras. Necessitamos nos reconstituir como sujeitas e sujeitos de nossos próprios processos de entendimento e transformação.

Biodiversidade

Livre comércio e a epidemia de comida ruim no México

GRAIN

Notas:

1 Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (ENSANUT) inclui documentos, questionários, uma página web, artigos acadêmicos e uma série de ferramentas de pesquisas: <http://ensanut.insp.mx/>.

2 Ver Melgar-Quíñonez, H. 2010. "Informe sobre a aplicação passada e presente da Escala Latinoamericana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA) e outras ferramentas similares na América do Norte, América Central e Caribe. FAO/Ohio State University." (ver http://www.foodsec.org/fileadmin/user_upload/eufao-fsi4dm/docs/elcsa_aplicacion.pdf). Este método divide a insegurança alimentar em três: **Insegurança alimentar leve** (medindo sobretudo a qualidade da comida disponível): Variedade limitada de alimentos, a carência de variedade alimentar e a ausência de comida saudável. **Insegurança alimentar média:** (quantidade disponível de comida) Adultos y crianças comem menos. As crianças diminuíram sua ingestão. Talvez algum adulto na família brinca de comer uma ou duas vezes de vez em quando. A escassez é crônica). **Insegurança alimentar severa:** (Fome. Os adultos passam fome. Algum adulto passa algum dia inteiro sem comer. As crianças vão para a cama com fome, ou passaram um dia inteiro sem comer. A escassez crônica estabelece uma condição de fome). Ver Encuesta Nacional de Salud y Nutrición (Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição) (Ensanut) 2012: "La distribución de la Inseguridad Alimentaria en México", (A distribuição da insegurança alimentar no México), Instituto Nacional de Salud Pública, 21 de novembro, 2012. <http://ensanut.insp.mx/doctos/seminario/M0404.pd>

3 Julio Boltvinik, "La Cruzada Nacional contra el Hambre: ve un árbol pero no el bosque", (A Cruzada Nacional contra a Fome) La Jornada, 22 de novembro, 2013. <http://www.jornada.unam.mx/2013/11/22/opinion/029o1eco>. Boltvinik es responsable de resaltar la encuesta mencionada mostrando que las políticas públicas contra el hambre no responden ante los reales problemas. (Boltvinik é responsável de ressaltar o questionário mencionado mostrando que as políticas públicas contra a fome não respondem frentes aos reais problemas).

4 Julio Boltvinik, op.cit.

5 Accu-check, "Diabetes en México" y Alianza por la salud alimentaria, (Diabetes no México e Aliança pela saúde alimentar) "Diabetes: #1 causa de muerte en México", 21 de maio, 2013

6 Alianza por la salud alimentaria, "Mueren medio millón de personas por diabetes en el sexenio de Calderón (Morrem meio milhão de pessoas por diabetes no Sexenio de Calderón) -Ver más: <http://alianzasalud.org.mx/2012/10/muertes-por-diabetes-en-mexico/>", 8 de outubro, 2012.

7 Informe del Relator Especial para la Alimentación Olivier De Schutter (Informe do Relator Espacial para a Alimentação Olivier De Schutter), acrescenta, Misión a México (Missão ao México), Human Rights Council, Decimonovena sesión (Décima Nona seção), Agenda item 3, 17 de janeiro, 2012, A/HRC/19/59/Add.2

Faz vários anos que as companhias transnacionais de alimentos entenderam que os mercados primordiais para seu crescimento estão no Sul Global. Para incrementar seus lucros necessitam "mover-se na pirâmide", como expõe uma corporação, quer dizer desenvolver e vender produtos destinados especialmente aos milhões de pobres no mundo. Gente que se mantém com alimentos locais produzidos por elas mesmas e mediante mercados informais que lhes proveem de um sustento próprio. Alcançar a estes consumidores potenciais implica que as corporações alimentícias inundem e se apoderem dos canais tradicionais de distribuição, e substituam os alimentos locais com comida barata, processada, porcária, muitas vezes com o respaldo direto de alguns governos. Os acordos de livre comércio e investimentos são um fator crucial neste processo de concentração, substituição e maiores lucros. O caso do México nos dá um retrato cru e obscuro das consequências que isto implica.

Desnutrição, insegurança alimentar e "diabesidade" no México. No México, a pobreza, a fome, a obesidade e as doenças, vão juntas. A população só luta para pagar a comida suficiente para sobreviver, muitos dos alimentos que ingere lhe deixa doente.

Em 2012, o Instituto Nacional de Saúde Pública do México publicou os resultados de uma pesquisa nacional relacionada com a nutrição e a segurança alimentar, conhecida como Encuesta Nacional de Salud e Nutrición (Ensanut) 1. O estudo de Ensanut se baseou na chamada Escala Latino americana e Caribenha de Segurança Alimentar, para medir o consumo de menos do necessário para uma vida saudável e ativa². Os resultados deixam claro que esta problemática é muito pior do que se reconhece. Vejamos as tabelas 1, 2 e 3.3

O relatório do Ensanut demonstrou que de 1988 a 2012, a proporção de mulheres com sobrepeso em idades entre 20 e 49 anos havia crescido de 25% para 35,3% e as mulheres obesas neste grupo aumentaram de

9,5% para 37,5%.⁴ Um assombroso 29% das crianças mexicanas entre 5 e 11 anos tinha sobrepeso, igualmente que 35% dos adolescentes entre 11 e 19, enquanto que uma em cada 10 crianças em idade escolar sofria de anemia.

O nível de diabetes no México também preocupa. A Federação Mexicana de Diabetes afirma que entre 6,5 milhões e 10 milhões de pessoas de pessoas sofrem de diabetes. A incidência cresce 21% para a população entre 65 e 74 anos. A diabetes é a terceira causa de morte no México, direta ou indiretamente. Em 2012, o México ocupou o sexto lugar mundial em mortes por diabetes. Para 2025, dizem os especialistas, haverá 11,9 milhões de mexicanos com diabetes⁵.

A obesidade e a diabetes funcionam juntas, sua interação é tão forte que já emergiu um novo nome "diabesidade".

"A diabetes associada à obesidade é um grave problema de saúde para o México e seu custo total em nosso país passou de 2 bilhões e 970

milhões de pesos em 2003, a 8 bilhões e 836 milhões de pesos em 2010, um aumento de mais de 290% em apenas sete anos”, destacou Alejandro Calvillo, diretor da organização El Poder Del Consumidor. “De acordo com a Unidade de Análise Econômica da Secretaria de Saúde, se estima que o gasto total para o atendimento do sobrepeso e obesidade em nosso país pode crescer de quase 80 bilhões de pesos que são necessários atualmente à mais de 150 bilhões em 2017”, disse também.⁶

Estes dados não podem ser explicados dizendo: “a população come diferente porque tem mais possibilidades e opções”, como sugerem alguns relatos. A realidade é que certos alimentos são impostos ao país, enquanto que os alimentos que as pessoas cuidavam e produziam segundo suas tradições e necessidades reais ficam mais e mais escassos.

O efeito TLCAN. Os vários tratados de livre comércio que México assinou ao longo dos últimos vinte anos tiveram um forte impacto nos sistemas alimentares do país. Após sua missão no México em 2012, o então Relator Especial para o Direito a Alimentação, Olivier De Schutter, concluiu: “As políticas comerciais que operam atualmente favorecem uma dependência muito maior de alimentos muito processados e refinados com longa vida em prateleiras em vez do consumo de alimentos mais perecedores e frescos, em particular frutas e vegetais... A emergência de sobrepeso e obesidade que enfrenta o México poderia ter sido evitada, ou em grande medida mitigada, se as preocupações de saúde ligadas a dietas variáveis tivessem sido integradas ao desenho das políticas”.⁷

A liberação da mudança provocada por estes acordos ou tratados é uma fonte do problema tanto como os aspectos comerciais.

Segundo Corina Hawkes, os instrumentos do TLCAN estão, a princípio, impulsionando aspectos cruciais, chave, que modela, o tipo de integração econômica que promovem os sócios poderosos: “deslocalização da produção e comércio global da comida; investimento direto em processamento de alimentos e uma



Foto: Thierry Collins

Tabela 1. Insegurança alimentar no México

Insegurança alimentar severa	Insegurança alimentar média %	Insegurança alimentar leve %	Total %	População total
10.5%	17.7%	41.6%	69.8%	100%
			78.5 milhões	112 milhões

Fonte: Ensanut

Tabela 2. Número de crianças menores de 5 anos que sofre variantes da desnutrição, de uma população total de 11 milhões.

Desnutrição crônica	Baixo peso	Emagrecimento agudo desnutrição	Sobrepeso	Anemia	Total
1.5 milhões	0.3 milhões	0.2 milhões	1 milhões	2.1 milhões	5.1 milhões

Fonte: Ensanut

Tabela 3. Número de adultos com sobrepeso e obesos de mais de 20 anos.

	Sobrepeso	Obesidade	Total
Homens	22.5 milhões	8.7 milhões	31.2 milhões
Mulheres	26.1 milhões	13.4 milhões	39.5 milhões
Total	48.6 milhões	22.1 milhões	70.7 milhões

Fonte: Ensanut



Puestos callejeros. Dibujo: Rini Templeton

mudança na estrutura do varejo (é notável a chegada dos supermercados e as lojas de conveniência), a emergência das agroempresas globais e as companhias alimentícias transnacionais; o aprofundamento da promoção e publicidade global de alimentos”.⁸ Os instrumentos do TLCAN também promoveram o desenvolvimento de regras e instituições globais “que governam a produção, o comércio, a distribuição e a mercadotecnia dos alimentos”, e “a compra de produtos e serviços de marca”, algo que cria “incentivos para que as transnacionais alimentares cresçam mediante integração vertical e expulsão”.⁹

O TLCAN requereu que o México aplicasse um tratamento igual aos investidores internos e aos estrangeiros, ao eliminar as regras que impediam que os investidores estrangeiros mantivessem mais de 49% de uma companhia. Também proibiu a aplicação de certos “requisitos de desempenho” como o de um mínimo de conteúdos nacionais na produção. As novas leis que haviam conseguido passar entorno dos investimentos estrangeiros uma vez estabelecidas, foram desabilitadas pelo notório capítulo de resolução de conflitos entre o Estado e os investidores.

O TLCAN disparou uma torrente imediata de investimentos estrangeiros diretos (IED) dos Estados Unidos na indústria mexicana de alimentos processados. Em 1999 “As compa-

as estadunidenses investiram 5 bilhões e 300 milhões de dólares na indústria de processamento de alimentos, um aumento de 25 vezes os 210 milhões investidos em 1987, e mais do dobro dos 2 bilhões e 300 milhões do ano anterior ao TLCAN”, diz a pesquisadora Corinna Hawkes. Entre 1999 e 2004, “mais ou menos dois terços dos 6 bilhões e 400 milhões de dólares de IED nas indústrias agrícolas e de alimentos procediam dos Estados Unidos. Entorno de ¾ desse IED foi na produção de alimentos processados o que estimulou um crescimento considerável do setor. Entre 1995 e 2003, as vendas dos alimentos processados se expandiram entre 5 e 10% ao ano no México”.¹⁰

As vendas de produtos de farinha úmida, lácteos, comida rápida e sanduíches cresceram muito mais que qualquer outra categoria, em particular as bebidas refrescantes. As porções de gasosas, sucos e preparados embalados aumentaram de 275 porções por pessoa ano em 1992 a 487 porções por pessoa ano em 2002.¹¹

México é agora um dos dez principais produtores de alimentos processados no mundo, e todas as maiores corporações transnacionais do ramo, tais como PepsiCO, Nestlé, Unilever e Danone, têm expandido suas enormes operações mexicanas.¹²

Estas companhias estão fazendo muitíssimo dinheiro. As vendas totais dos alimentos processados no México foram em 2012 da ordem dos 124 bilhões de dólares, e as corporações do ramo embolsaram lucros da ordem do 28 bilhões e 330 milhões de dólares por estas vendas, 46,6% (uns 9 bilhões de dólares) mais que o Brasil, a maior economia da América Latina.¹³

The Economist afirma que não só os baixos custos (“México oferece uma economia de 14,1% em relação aos Estados Unidos”) senão outras vantagens competitivas que lhes oferece as “indústrias alimentícias”, tais como “a rede de tratados comerciais que permite a estas empresas acessar com preferências tarifárias a grandes mercados como Europa e Estados Unidos”,¹⁴ o qual transforma o México em uma espécie de refúgio para as companhias processadoras, um refúgio onde apesar da crise

8 Corinna Hawkes, “Globalization and Health, Uneven dietary development: linking the policies and processes of globalization with the nutrition transition, obesity and diet-related chronic diseases”, International Food Policy Research Institute, Washington DC, 2006. <http://www.globalizationandhealth.com/content/2/1/4>

9 A integração vertical é “quando uma companhia reúne todo o processo de produção e distribuição e venda de um alimento particular sob seu controle mediante a compra ou contratação de outras empresas ou serviços a nível mundial, o que reduz os custos de transporte associados com o fato de ter vários fornecedores. Nos deslocamentos globais as companhias buscam localizações de produção, e pontos de venda onde os custos são menores e onde os regimes regulatórios, políticos e sociais são favoráveis. Isto permite que as corporações reduzam custos e se protejam contra a insegurança da produção e das vendas. Corinna Hawkes, op.cit.

10 Ibidem.

11 Ibidem.

12 Roberto Morales, “Alimentos, una industria muy pesada”, (Alimentos, uma indústria muito pesada) 25 de outubro, 2013, El Economista, <http://www.informador.com.mx/economia/2013/493274/6/alimentos-una-industria-muy-pesada.htm>

13 Ibidem

econômica global “as vendas dos estabelecimentos comerciais do varejo cresceram de maneira constante nos últimos três anos.”¹⁵ Até agora México assinou 12 acordos de livre comércio com 44 nações, 28 acordos bilaterais de investimentos e 9 acordos de cooperação econômica.¹⁶

Um imposto simbólico. Em 2014, o governo mexicano, sob pressão para lidar com a crescente crise de saúde, pôs em vigor uma lei para aplicar 8% de impostos a todos os alimentos empacotados com alto conteúdo calórico, incluída a manteiga de milho (o amendoim) e os cereais adoçados para o café da manhã. Aprovou também um imposto especial de um peso (uns 8 centavos de dólar até a mais recente desvalorização) por litro de bebidas refrescantes engarrafadas.¹⁷ O governo divulgou suas ações como uma dura medida para frear as vendas de comida ruim. Mas sem ações complementares que permitam opções alternativas e saudáveis aos alimentos processados que inundaram o mercado mexicano e os bairros mais pobres em particular, o imposto aparece tão somente como uma maneira de tomar sua parte do lucrativo comércio de comida ruim que as próprias medidas do governo facilitaram. A única diferença é que os consumidores mexicanos pagam mais agora pelos alimentos que os estão matando.

Justamente após a promulgação do imposto em questão, PepsiCO, um dos principais produtores de comida ruim no país, anunciou um investimento de 5 bilhões de dólares em suas operações mexicanas, enquanto a Nestlé confirmou um investimento de 1 bilhão de dólares.¹⁸ Contrariamente ao que se esperaria, os investimentos não se aplicam somente em publicidade ou comercialização mas, em inovação, construção de marca, infraestrutura, e novos vínculos com a agricultura, relações públicas e “projetos” com as comunidades.¹⁹

O domínio do ponto de venda. Uma das razões pela qual as grandes corporações estão tão confiantes em sua capacidade para incrementar suas



vendas, apesar do novo imposto, é o alto nível de controle que exercem sobre a distribuição de seus produtos. Isto, diz Corinna Hawkes, foi o “segundo efeito” do TLCAN sobre o sistema alimentar mexicano²⁰: um explosivo crescimento de redes de supermercados, armazéns de desconto e lojas de conveniência, “de menos de 700 a 3.850 somente em 1997, e 5.729 em 2004”.²¹ O êxito do Walmart no país – por hora “a rede varejista líder da nação” – e outros supermercados, só é ultrapassado pelo crescimento das “redes de lojas de conveniência” (que vendem “um número limitado de artigos e produtos de conveniência 24 horas por dia”).

Nestas novas tendências da distribuição no varejo os enormes supermercados são, certamente, importantes porque concentram bens,

14 Ver también Secretaría de Economía y ProMéxico “Inversión y Comercio, Alimentos Procesados”, Unidad de Inteligencia de negocios, (Unidad de Inteligencia de Negocios) México, 2013 <http://embamex.sre.gov.mx/rusia/images/stories/Comercio/procesadospromexico.pdf>

15 Roberto Morales, op.cit.

16 Pro-México, “México y sus Tratados de Libre Comercio con otros países”. (México e seus tratados de Livre comércio com outros países) <http://www.promexico.gob.mx/comercio/mexico-y-sus-tratados-de-libre-comercio-con-otros-paises.html>

17 Secretaría de Hacienda y Crédito Público, Servicio de Administración Tributaria (gobierno mexicano), Resolución Miscelánea fiscal 2014. (Resolución miscelánea fiscal 2014) ftp://ftp2.sat.gob.mx/asistencia_servicio_ftp/publicaciones/legislacion13/M_LRMF2014.pdf

18 PepsiCo, “PepsiCo Announces Plans for \$5 Billion Investment in Mexico”, 24 de janeiro, 2014. <http://www.prnewswire.com/bloggers/news-releases/?nrid=241805301>



Tienditas de barrio. Dibujos: Rini Templeton



Uno de los 14 mil mini-supers Oxxo en México. Foto: Theldamatter/Wikicommons

mas o objetivo central é substituir as lojas da esquina (“as lanchonetes”), se apoderando agressivamente de territórios de comercio antes independentes.

As corporações alimentares começaram colonizando as redes existentes, dominantes, de distribuição de alimentos dos vendedores em pequena escala, conhecidas como lojas, miscelâneas, bancas. Varejos na esquina, nos bairros. Existem ainda 400 mil destes pontos de venda no México: lugares menores que 10 m² que vendem uma variedade limitada de produtos e cujo equipamento de refrigeração e inventário é limitado.²²

“As lanchonetes foram cruciais para a disseminação da comida rápida, são o meio através do qual as companhias multinacionais e nacionais vendem e promovem seus produtos para as populações mais pobres nos pequenos povoados e comunidades”, diz Corinna Hawkes em 2006. “Mais de 90% de todas as vendas de Coca-Cola e PesciCo [no início da década de 2000] provinha das lanchonetes”.²³

As corporações inundaram os canais de distribuição das lanchonetes com produtos que impulsionavam o consumo e baixavam os custos de transporte (juntando as entregas de vários artigos produzidos pela mesma companhia à cada um dos destinos selecionados).

PesiCo, por exemplo, não distribui somente seus refrescos nas lanchonetes mas também múltiplas variantes de suas batatas fritas, Sabritas e outros sanduíches relacionados, igualmente que sua linha de doces Sonric’s. Cada produto tem uma venda enorme pelo que a indústria chama “o controle absoluto do ponto de venda”. Então a disponibilidade se transformou no fator crucial na compra e no consumo. A população consumirá o que encontre a mão, e os artigos disponíveis são em sua imensa maioria só alimentos processados.

Devemos entender que as lanchonetes, mas as lojas de conveniência ainda mais, não vendem só o que se aceita como comida ruim. Estes locais

vendem uma variedade não tão grande de alimentos processados, empacotados, engarrafados, enlatados, fazendo com que alguns artigos comestíveis processados específicos sejam o único disponível.

As lanchonetes estão perdendo terreno frente aos varejistas corporativos que oferecem às companhias processadoras muito mais oportunidades para vender e ganhar.

Até 2012, as redes varejistas haviam deslocado as lanchonetes como fonte principal de venda de comestíveis com 35% do mercado nacional, enquanto as lanchonetes mantinham 30% e os mercados de rua 25%.²⁴ Segundo a Câmara Mexicana de Comércio fecham cinco lanchonetes por cada loja de conveniência que abre.²⁵

Por exemplo Oxxo (propriedade da Femsa, a subsidiária da Coca-cola), triplicou seus locais de 3.500 entre 1999 e 2004.²⁶ Em julho de 2012, Oxxo estava abrindo seu local número 10.000, e busca abrir seu local 14.000



Dibujo: Rini Templeton

19 Eric Schroeder. “PepsiCo, Nestlé plan big push in Mexico”, 24 de janeiro, 2014. http://www.bakingbusiness.com/articles/news_home/Business/2014/01/PepsiCo_Nestle_plan_big_push_i.aspx?ID=%7B518A090B-4D59-46D6-8195-9EDE23F25A42%7D&cck=1

20 Corinna Hawkes, op.cit.

21 Ibidem.

22 USDA Foreign Agriculture Service Gain Report, “Mexico’s Retail Food Sector”, 16 de fevereiro, 2005. <http://apps.fas.usda.gov/gainfiles/200502/146118876.pdf>

23 Corinna Hawkes, op.cit



Puesto callejero. Dibujo: Rini Templeton

em algum momento de 2015.

Isto significa abrir umas mil lojas ao ano, uma média de 3 locais diários. 27 Oxxo estava recebendo 19 bilhões de pesos (mais de um bilhão de dólares) durante o primeiro trimestre de 2012. Durante o terceiro trimestre de 2014, Oxxo recebeu 72 bilhões e 400 milhões de pesos (mais de 5 bilhões de dólares), 13,2% mais que um ano antes.²⁹

O crescimento das vendas da Oxxo foi dez vezes maior que o da Soriana, a segunda maior rede de supermercados no México. 30 Durante 2014 Oxxo ultrapassou a Soriana em vendas a varejo, e se colocou como o segundo varejista do país, deixando às lanchonetes, e as famílias que as controlam, literalmente no pó. 31 Agora, Soriana se apoderou de uma das maiores redes de supermercados no país. Comercial Mexicana, e os especialistas afirmam que Soriana recuperará o segundo posto no varejo, atrás do Wal-Mart.³²

Doce remédio para a fome? As companhias processadoras de alimentos, fator crucial na emergência de saúde que vive o México, gastam enormes somas de dinheiro em relações públicas para maquiagem os

enormes problemas que geram seus alimentos e suas campanhas de publicidade. Por todo o México, os anúncios associam suas corporações com valores familiares, sustentabilidade, caridade, boa saúde e empregos de qualidade.³³ As companhias estão muito interessadas em se ver associadas em campanhas governamentais, e o estranho é que os governos do México buscam também sua participação.

Em abril de 2013, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol), assinou alguns convênios com PepsiCO e Nestlé para envolvê-los na Cruzada Nacional contra a fome, promovida pelo governo.³⁴ Com este convênio Sedesol se compromete a “apoiar com subsídios federais a execução dos projetos nas regiões prioritárias selecionadas”, enquanto as corporações dizem que junto ao governo buscam contribuir na “garantia da segurança alimentar e a torná-la possível através de produtos nutritivos para a população em situação de pobreza e pobreza extrema”.

PepsiCo se comprometeu a desenvolver dois produtos fortificados com base em aveia de sua marca Quaker, e a construir um Centro Global de Inovação em Horneado e

24 O 10% que não se leva em conta são os hotéis, os restaurantes e os cafés. Ver Agencia Andaluza de Promoción Exterior, “Nota sectorial alimentaria en México”, Maio 2012, PDF.

25 USDA, Foreign Agriculture Service, Gain Report, Mexico’s Retail Food Sector, op.cit. Citado en Corinna Hawkes, op.cit.

26 Ibidem

27 Jesús Ugarte, “Oxxo va por 1,000 nuevas tiendas anuales”, (Oxxo vai por 1000 novas lojas anuais) 29 de outubro, 2012. <http://www.cnnexpansion.com/negocios/2012/10/29/oxxo-abrira-1000-tiendas-por-ano>

28 Jesús Ugarte, “Oxxo, el pequeño emperador minorista”, (Oxxo, o pequeno imperador varejista) CNN-expansión, 13 de julho, 2012. <http://www.cnnexpansion.com/negocios/2012/07/13/>

29 Jesús Ugarte, “Adquisiciones y Oxxo le ponen ‘gas’ a Femsá”, (Aquisições e Oxxo põem gás a Femsá) El Financiero, 28 de outubro, 2014. <http://www.elfinanciero.com.mx/empresas/ganancia-de-femsa-sube-en-3t2014.html>

30 Miguel Ángel Pallares, “Oxxo va por el puesto de Soriana en 2014”, (Oxxo vai por o posto de Soriana em 2014) El Financiero, 26 de novembro, 2013. <http://www.elfinanciero.com.mx/archivo/oxxo-va-por-el-puesto-de-soriana-en-2014.html>

31 Ibidem.

32 Silvia Olvera, “Desbanca Soriana a Oxxo”, (Soriana desbanca a Oxxo) El Norte, sección Empresas, 2 de fevereiro, 2015. <http://www.negocioselnorte.com/aplicaciones/libre/pre acceso/articulo/default.aspx?id=454511&urlredirect=http://www.negocioselnorte.com/aplicaciones/articulo/default.aspx?id=454511&urlredirect=http%3A%2F%2Fwww.negocioselnorte.com%2Faplicaciones%2Farticulo%2Fdefault.aspx%3Fid&v=2>

33 Veán el folleto de Sabritas: Performance with Purpose, Sabritas Sustainability Report 2013 www.pepsico.com/Purpose/Performance-with-Purpose/Sustainability-Reporting



Foto: HBO

Nutrição em Monterrey, México.³⁵

Nestlé prometeu uma nova planta de processamento de café em Guerreiro e a expansão de vários projetos, inclusive um centrado em “mulheres empresárias” chamado Meu Doce Negócio que a companhia já desenvolve na Venezuela e na Bolívia. Com o projeto, Nestlé planeja capacitar a 1500 mulheres para que confeccionem sobremesas doces mais, “nutritivos” que contenham produtos Nestlé além de dar a estas mulheres os instrumentos necessários para que elas, capacitem a outras dez mulheres cada uma. No total se mobilizaria um “pequeno exercito” de 15 mil mexicanas que se mobilizariam nas “regiões prioritárias” por todo o país promovendo o modo Nestlé de nutrir as crianças com o respaldo financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Apoiar aos ricos, compensar os pobres. México é um país onde 78,5 milhões de pessoas sofre de algum grau de insegurança alimentar do leve ao severo.

Mais que isso, cerca de 48,5 milhões de pessoas adultas mexicanas são obesas ou sofrem de sobrepeso – 7 a cada 10 adultos – e 22 milhões de adultos sofrem de obesidade.

“Estas pessoas estarão doentes

uma média de 18,5 anos durante seu tempo de vida”. E o problema aumenta em todos os níveis de renda, ainda que o aumento mais rápido ocorre entre os 20% mais pobre.³⁶

As consequências são consideráveis – crescentes taxas de diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e diferentes formas de câncer.

A Cruzada contra a Fome no México não resolverá o problema. Nenhuma campanha contra a fome será eficaz somente com projetos pilotos, demonstrativos, dispersos por um território tão grande como o mexicano. A Cruzada Contra a Fome tem como objetivo somente 7,8 milhões de pessoas – 10 vezes menos que o número de mexicanos que sofrem de insegurança alimentar. ³⁷ As regiões qualificadas de prioritárias pelo projeto nem sequer são as regiões de pobreza ou fome extremas de acordo com a definição do Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval).³⁸

Se requer um enfoque muito mais complexo para que o imposto ao doce e a cruzada da fome propostos pelo governo. Se requer ir contra o império dos alimentos processados, cujos tentáculos agora chegam a todo o espaço urbano e avançam e se dispersam por todo o âmbito rural.

A terrível verdade é que “entre 1999 e 2006, o consumo de bebidas

34 (El programa gubernamental que dice combatir el hambre desde abajo pero que se basa en la intervención de grandes corporaciones (tales como Pepsico y Nestlé, figuras prominentes como Grazziano Da Silva de FAO o el expresidente Lula Da Silva de Brasil y millonarios como Bill Gates y Carlos Slim). (O programa governamental que diz combater a fome desde baixo, mas que se baseia na intervenção de grandes corporações (tais como PesciCo e Nestlé, figuras proeminentes como Grazziano da Silva da FAO, o ex presidente Lula da Silva do Brasil e milionários como Bill Gates e Carlos Slim).

35 PepsiCo y Sedesol, “Convenio de Concertación que para la realización de acciones en el marco de la Cruzada contra el Hambre, celebran, por una parte, el Ejecutivo Federal a través de la Secretaria de Desarrollo Social [...] y por otra parte la Fundación Pepsico México AC (Convênio de Concertação para a realização de ações no marco da Cruzada contra a Fome, celebram, por um lado, o Executivo Federal através da Secretaria de Desenvolvimento Social [...] e por outro lado a Fundação Pepsico México AC [...]”<http://sinhambre.gob.mx/wp-content/uploads/2013/04/CONVENIO-PEPSI-CO-.pdf> Seu site agora indica que seu robot.txt impede que as pessoas acessem. Se puede consultar en Aristegui Noticias, “Documentos, Los convenios de Nestlé y Pepsico en la Cruzada contra el hambre” <http://aristeguinoticias.com/2304/mexico/documentos-los-convenios-de-nestle-y-pepsico-para-la-cruzada-contra-el-hambre/>

adoçadas se duplicou e que hoje, 10% da ingestão energética total dos mexicanos provêm destas bebidas”. E é crucial que obtenham esta energia. Aplicar imposto aos refrescos é tão somente um “instrumento de política suave”, diz o anterior Relator Especial para o Direito a Alimentação, Olivier De Schutter, porque “localiza o problema do sobrepeso e a obesidade na conduta dos consumidores, quando de fato o problema surge do sistema alimentar total.”³⁹

De acordo com De Schutter, para que um programa enfrente efetivamente a fome e a desnutrição, tem que por seu foco no campesinato e nos agricultores em pequena escala. Eles constituem uma percentagem substancial dos pobres do México, e são os que melhor abastecem as populações rurais e urbanas com alimentos nutritivos.⁴⁰

Mas no México, “a maioria dos programas agrícolas não se dirigem aos pobres: tomados globalmente, os gastos públicos em agricultura são muito regressivos [...] Ainda que mais de 95% dos gastos em

programas sociais do governo mexicano sob seu Programa Especial Concorrente para o Desenvolvimento Sustentável (PES) tenha como objetivo os pobres, menos de 8% do gasto em programas agrícolas se dirige a esta população de pobres.” O Relator insiste: “Estudos recentes indicaram que as políticas agrícolas favorecem aos estados e municípios e aos produtores ou estabelecimentos mais ricos. Em 2005, os seis estados mais pobres receberam somente 7% do gasto público na agricultura, apesar de que essas entidades são o lugar de 55% dos extremamente pobres.”

De Schutter finaliza: “Em um país onde 80% dos camponeses tem menos de 5 hectares, seria desejável destinar mais recursos a respaldar os pequenos agricultores, em áreas deprimidas, já que os programas em curso não respondem eficazmente a pobreza rural.”⁴¹

Depois de escutar centenas de testemunhos por todo o país, o jurado internacional do Tribunal Permanente dos Povos que ditou a sentença em novembro de 2003 no caso relacionado com a soberania



Panadería de barrio. Dibujo: Rini Templeton

37 Julio Boltvinik, “La Cruzada Nacional contra el Hambre” op.cit.

38 Las zonas están en 125 comunidades urbanas en 24 municipios en 11 estados del país (As regiões estão em 125 comunidades urbanas em 24 municípios em 11 estados do país.). Norma Trujillo Báez, 13 de maio, 2013, La Jornada Veracruz en línea, http://www.jornadaveracruz.com.mx/Nota.aspx?ID=130513_055348_602. Ver Sedesol-Nestlé, “Convenio de Concertación que para la realización de acciones de desarrollo de diversos proyectos productivos...” op cit, Quinta cláusula. 39 Olivier De Schutter, op.cit.

40 El conflicto en México entre el Jarabe de Alta Fructosa de Maíz (JAFM) y la azúcar requiere más argumentos e investigación. La evidencia apunta a que el JAFM está impulsando la importación de maíz industrial a México (posiblemente GM) o aun su producción, alterando más el objetivo tradicional de la agricultura que es producir alimentos y no mercancías o materias primas. O conflito no México entre o Jarabe de Alta Frutose de Milho (JAFM) e o açúcar requer mais argumentos e pesquisas. A evidencia aponta para que a JAFM está impulsionando a importação de milho industrial no México (possivelmente transgênico) ou ainda sua produção alterando mais o objetivo tradicional da agricultura que é produzir alimentos e não mercadorias ou matérias primas.) Ver “Rompen récord, importaciones mexicanas de maíz”, El Economista, 7 de janeiro, 2014 [<http://eleconomista.com.mx/industrias/2014/01/07/rompen-record-importaciones-mexicanas-maiz>]; Alicia Loyola Campos, “Azúcar-fructosa: el sabor amargo de un comercio desigual”, fevereiro, 2003 [<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/15/9/RCE.pdf>]; Nydia Egremy, “La amarga guerra de la fructosa”, Fortuna, negocios y finanzas, http://revistafortuna.com.mx/opciones/archivo/2006/junio/htm/guerra_fructosa.htm

alimentar, chegou a uma conclusão semelhante.

México poderia alcançar em pouco tempo a autossuficiência, se apoiasse a agricultura camponesa com montantes semelhantes aos que outorgam à agricultura empresarial. Uma das condições para isso seria reconstruir os instrumentos de apoio ao campo inabilitados pelo TLCAN. A perda da soberania alimentar que esta política provocou tem como um de seus componentes principais uma modificação induzida da dieta mexicana com efeitos catastróficos. México padece um dos mais altos índices do mundo de obesidade, diabetes e hipertensão. Ocupa o primeiro lugar mundial no consumo por pessoa de refrescos de cola e um dos primeiros lugares da chamada “comida lixo”. Ao mesmo tempo, iniciou a diminuir o consumo de produtos do milho pela primeira vez na história. Enquanto a Via Campesina defende que o primeiro componente da soberania

alimentar é a produção autônoma de alimentos e que a própria gente defina o que come, no México se realizou uma custosa campanha [a Cruzada contra a Fome], através de uma aliança cúmplice dos governos, as corporações e os meios de comunicação, para impulsionar hábitos de consumo que sob a cobertura da modernização tem estado destruindo sistematicamente as preferências alimentares de maxicanas e mexicanos⁴².

Para enfrentar a crise alimentar e de saúde, México requer, nem mais nem menos, que uma reformulação total das desastrosas políticas mexicanas de comércio e investimentos e respaldar plenamente aos camponeses e produtores em pequena escala.

10

Para enfrentar la crisis alimentaria y de salud, México requiere, ni más ni menos, que una reformulación total de las desastrosas políticas mexicanas de comercio e inversión y respaldar plenamente a los campesinos y productores en pequeña escala.



41 Olivier De Schutter, op.cit.

42 Tribunal Permanente de los Pueblos, Fundación Lelio Basso, Mexico: Libre Comercio, Violencia, Impunidad y Derechos de los Pueblos (Libre comercio, Violencia, impunidad e Direito dos Povos) (2011-2014), Sentencia: Violencia contra el maíz, la soberanía alimentaria y la autonomía de los pueblos, Ciudad de México, (Sentença: Violência contra o milho, a soberania alimentar e a autonomia dos povos, Cidade do México) 19-21 de novembro, 2013. <http://www.internacionaleleliobasso.it/www.tppmexico.org/wp-content/uploads/2014/01/Dictamen-Audiencia-temática-Violencia-contra-el-ma%C3%ADz-la-soberan%C3%ADa-alimentaria-y-la-autonom%C3%ADa.pdf>

Chegou a hora da condenação do glifosato Os povos tinham razão!

11

Quando faz 21 um anos que desde estas mesmas páginas dizíamos “As novas biotecnologias abrem outra etapa, prometem um melhoramento das condições da agricultura, com a criação de uma nova geração de sementes milagrosas, entretanto, os maiores investimentos em pesquisa neste campo, se estão realizando na criação de plantas resistentes a herbicidas, não às doenças” sabíamos das ameaças que tínhamos pela frente, mas, nem o mais aventureiro dos responsáveis podia imaginar o que viria.

No entanto, os piores presságios se confirmaram e foram como sempre tem sido, os povos afetados pelas pulverizações massivas os primeiros em dar o alerta. Desde os camponeses colombianos afetados pelas pulverizações massivas contra as “plantações ilegais” pelo Plano Colômbia até os povos pulverizados em toda a “Republica Unida da Soja”, cinicamente batizada assim pela Syngenta, se escutou durante as últimas duas décadas suas reclamações por todas as vias possíveis. Centenas de mobilizações, resistência nas comunidades, ações legais, acampamentos, piquetes e milhares de expressões de criatividade que ainda nas piores situações os povos sabem expressar, deram testemunho de uma resistência que marcou a fogo estas décadas.

Hoje a Organização Mundial da Saúde aceitou dar um pouquinho de razão a estes povos e reclassificou o glifosato como “provavelmente cancerígeno”. Não é o final da história. Mas sim é um sinal que confirma o que Andrés Carrasco faz 6 anos, pôs as claras com suas pesquisas e que fortalece as resistências e sobretudo a necessidade imperiosa de um novo modelo agrícola que justamente beba nos dez mil anos de agricultura de nossas camponesas e camponeses para poder alimentar, agora sim a sério, o mundo.

Segue uma recopilação, como sempre arbitraria e incompleta, que recorre os últimos 20 anos de lutas, pesquisas e buscas, enfrentando o grande veneno de nossos tempos.

Os impactos das pulverizações na fronteira Colombo-equatoriana tem sido muito graves.

Organizações populares, não governamentais e, ultimamente, representantes dos ministérios de Agricultura e Ambiente do Equador, têm realizado estudos e missões de verificação na região fronteira que permitiram recolher valiosa informação sobre os danos humanos e ecológicos causados pelas pulverizações ao longo dos três últimos anos.

Os surfactantes (POEA + Cosmo Flux 411) provocam a diminuição do tamanho das gotas de glifosato, efeito que permite que este se sustente mais tempo no ar e que a deriva aérea seja importante mesmo com pouco vento. Os estudos equatorianos permitiram determinar que a cinco quilômetros dos lugares colombianos que são pulverizados, entre 80 e 100% dos camponeses que se encontram em território equatoriano sofre sinais de intoxicação aguda por organofosforados (o glifosato). Os sinais e sintomas diminuem conforme se supera a distancia de cinco quilômetros das regiões pulverizadas, o que demonstra que estes sinais não são de doenças naturais. A sintomatologia que apresenta a população pelas pulverizações corresponde a síndromes ocasionadas pela inibição da colinesterase e o conseqüente aumento da neurotransmissora acetilcolina nos terminais nervosos. Em particular, as náuseas, os vômitos, os espasmos abdominais, as incontínências urinária e fecal, a broncorreia, a tosse, a dispneia, a sudoração, a salivação e a

lacrimação, que são sintomas da síndrome muscarínica, são ocasionadas pela estimulação do sistema parassimpático que, em intoxicações graves, pode gerar bradicardia, bloqueio da condução, hipotensão e edema pulmonar. Por outro lado, os sintomas nicotínicos espasmos e contrações musculares, debilidade, hipertensão, taquicardia e nos casos graves, hipoventilação com insuficiência respiratória, são ocasionadas pela estimulação dos gânglios do sistema vegetativo e das terminações dos nervos motores. O terceiro grupo de sintomas corresponde a efeitos em nível de sistema nervoso central por acumulação da acetilcolina: ansiedade, intranquilidade, tremor, convulsões, confusão, debilidade e coma.

A sintomatologia antes descrita coincide com os informativos médicos encontrados na população que habita a região de fronteira. Segundo os estudos realizados no Equador, os sintomas presentes na população, durante as pulverizações, são cinco vezes mais frequentes comparados aos encontrados três meses depois das aspersões nas mesmas comunidades, o que volta a demonstrar que são as pulverizações as causadoras dos padecimentos da população.

Os estudos de sangue até agora realizados demonstram que a população que vive na fronteira e recebe as pulverizações, tem um numero de aberrações cromossômicas que supera a correspondente da população não exposta em uma percentagem que oscila entre 200 e 1.700%. Em



Plantaciones de árboles en Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

outras palavras, se trata de pessoas que tem um risco entre 12 e 17 vezes mais elevado que o normal das pessoas de padecer de câncer, sofrer mutações e apresentar abortos ou alterações embrionárias.

Em um estudo recente realizado com 47 mulheres, a totalidade delas que receberam o impacto das pulverizações e sofreram sintomas de intoxicação, apresentaram lesões genéticas em 36% de suas células. O dano genético nestas mulheres é de 800% acima do grupo de controle estabelecido pelo laboratório de Quito e 500% superior aos danos encontrados em população de similares características na região Amazônica, a 80 km da região de estudo.

A população estudada que recebeu os impactos das pulverizações havia sido afetada com ao menos uma pulverização nove meses antes, pelo que, não se pode determinar se as lesões produzidas são efeito do impacto recebido nas últimas pulverizações ou produto da acumulação de pulverizações prévias. Entretanto, sim é possível afirmar que submeter a população a mais pulverizações pode aumentar o risco de danos celulares e que, uma vez permanente, se incrementam os casos de câncer, mutações e alterações embrionárias importantes que dão lugar, entre outras possibilidades, ao incremento do número de abortos na região.

Em um cenário futuro, a persistência das pulverizações pode se traduzir em danos genéticos irreparáveis para a população que as sofre. No cenário atual na fronteira Colombo-equatoriana foram registradas as mortes de 12 pessoas associadas as pulverizações. Cada período de pulverizações implicou no incremento do número de falecimentos na fronteira. A maioria das pessoas que morrem são crianças, pessoas idosas ou pessoas cujo sistema imunológico está debilitado. Impactos da saúde equatoriana. Adolfo Maldonado, Ação Ecológica, Pulverizações fronteiriças do Plano Colômbia, dezembro de 2004, <http://www.biodiversidadla.org/layout/set/print/content/view/full/10999>

As campanhas biotecnológicas argumentam que quando os herbicidas são aplicados corretamente não produzem efeitos negativos nem sobre o homem nem sobre o ambiente. Os cultivos transgênicos em grande



Foto: Leonardo Melgarejo

escala favorecem aplicações aéreas de herbicidas e muitos de seus resíduos acumulados afetam os micro-organismos como os fungos micorrízicos ou a fauna do solo. Mas as campanhas sustentam que o glifosato se degrada rapidamente no solo e não se acumula nos alimentos, água ou no próprio solo. O glifosato foi informado como tóxico para alguns organismos do solo, sejam controladores benéficos como aranhas, ácaros, carábidos e coccinélidos ou detritívoros como as minhocas e algumas espécies da micro fauna. Existem informações que o glifosato também afeta alguns seres aquáticos como os peixes e que inclusive atua como disruptor endócrino em anfíbios. O glifosato é um herbicida sistêmico e é conduzido a todas as partes da planta, inclusive as da colheita. Isto é preocupante, pois se desconhece exatamente quanto glifosato está presente nos grãos de milho ou soja transgênicos, já que as provas convencionais não o incluem em suas análises de resíduos de agro químicos. É sabido que este e outros herbicidas se acumulam em frutos e outros órgãos dado que sofrem escassa metabolização na planta, o que a pertinente pergunta entorno da inocuidade de alimentos tratados, especialmente agora que mais de 37 milhões de libras (17 milhões de kg) do herbicida são utilizadas somente nos Estados Unidos (Risler y Mellon, 1996). Ainda no caso de ausência de efeitos imediatos, pode levar até 40 anos para um cancerígeno potencial atuar em uma quantidade suficiente para ser detectado com um causador, Miguel A. Altieri e Walter A Pengue “La soja transgênica em América Latina. (A soja transgênica em

América Latina) Uma maquinaria de fome, deforestación e devastación sociológica”, (Uma máquina de fome, desmatamento e devastação sociológica) Biodiversidad, sustento y culturas, núm 47, enero 2006. <http://www.grain.org/article/entries/1090-la-soja-transgenica-en-america-latina-una-maquinaria-de-hambre-deforestacion-y-devastacion-socioecologica>

As comunidades indígenas e os movimentos camponeses na Argentina denunciam há uma década os efeitos sanitários dos agrotóxicos da soja. Mas sempre chocaram com as desmentidas de três atores de peso: produtores (representados em grande parte pela Mesa de Enlace), as grandes empresas do setor e os âmbitos governamentais que impulsionam o modelo agropecuário. O argumento recorrente é a ausência de “estudos sérios” que demonstrem os efeitos negativos do herbicida. A treze anos de febre da soja, pela primeira vez uma pesquisa científica de laboratório confirma que o glifosato (químico fundamental da indústria da soja) é altamente tóxico e provoca efeitos devastadores em embriões. Assim o definiu o Laboratório de Embriologia Molecular de Conicet-UBA (Faculdade de Medicina) que, com doses até 1500 vezes inferiores às utilizadas nas pulverizações da soja, comprovou transtornos intestinais e cardíacos, ma formações e alterações nos neurônios. “Concentrações ínfimas de glifosato, comparada às utilizadas na agricultura, são capazes de produzir efeitos negativos na morfologia do embrião, sugerindo a possibilidade de que se estejam interferindo nos mecanismos normais de desenvolvimentos embrionários”, destacou o trabalho, que também insiste na urgente necessidade de limitar o uso do agrotóxico e pesquisar suas consequências em longo prazo. O herbicida mais utilizado a base de glifosato se comercializa com o nome de Roundup, da companhia Monsanto, líder mundial dos agronegócios.

Quando os embriões foram injetados com dose de glifosato muito diluído (até 300 mil vezes inferiores às utilizadas nas pulverizações), os resultados foram igualmente devastadores. “Ma formações intestinais e ma formações cardíacas. Alterações na formação e/ou especificação da crista neural. Alterações na formação das cartilagens e ossos do crânio e rosto, compatível com um incremento de morte celular programada.” Estes resultados implicam, traduzido, que o glifosato afeta um conjunto de células que têm como função a formação das cartilagens e depois os ossos do rosto.

“Qualquer alteração por falhas de divisão celular ou de morte celular programada conduz a ma formações faciais serias. No caso dos embriões,

comprovamos a existência de menor quantidade de células nas cartilagens faciais embrionárias”, explica Andrés Carrasco, que também destaca a existência de “ma formações intestinais, principalmente no aparelho digestivo, que mostra alterações em sua rotação e tamanho”.

Carrasco resgata as dezenas de denúncias – e quadros clínicos agudos – de camponeses, indígenas e bairros pulverizados. “As anomalias mostradas por nossa pesquisa sugerem a necessidade de assumir uma relação causal direta com a enorme variedade de observações clínicas conhecidas, tanto oncológicas como de ma formações informadas na casuística popular ou médica”, adverte o professor de embriologia.

A pesquisa recorda que o uso de agrotóxicos na soja obedeceu a uma decisão política que não foi baseada em um estudo científico-sanitário (“é inevitável admitir a imperiosa necessidade de haver estudado estes ou outros efeitos antes de permitir seu uso”), denuncia o papel complacente do mundo científico (“a ciência está apressada pelos grandes interesses econômicos, e não pela verdade e o bem estar dos povos”) e faz um chamado urgente a realizar “estudos responsáveis buscando maiores danos colaterais do glifosato”, Diario Aranda, “El tóxico de lós campos”, (O tóxico dos campos) abril de 2009. <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpa/is/1-123111-2009-04-13.html>

O glifosato produz ma formações em embriões anfíbios e seus efeitos alertam sobre as consequências em humanos. Uma revista científica acaba de publicar o trabalho do Argentino Andrés Carrasco, que estudou o efeito do agroquímico.

“Concentrações ínfimas de glifosato, comparada às utilizadas na agricultura, são capazes de produzir efeitos negativos na morfologia do embrião (anfíbio), interferindo nos mecanismos normais de desenvolvimentos embrionários”, alertou em abril de 2009 o chefe do Laboratório de Embriologia Molecular da UBA e pesquisador principal do Conect, Andrés Carrasco. Foi a primeira vez que um estudo de laboratório da Argentina confirmava o efeito prejudicial do agroquímico pilar do modelo do agronegócio. Logo do anúncio, Carrasco foi alvo de uma campanha de desprestígio por parte das empresas do setor, meios de comunicação e funcionários. Ainda que o cientista esclareceu que se tratava de um avanço nas pesquisas, o principal questionamento foi a falta de publicações em uma revista científica, que – segundo os defensores do agronegócio e boa parte do mundo acadêmico – seria o que outorga validade ao saber científico. Um ano e meio depois daquele alerta, na última segunda, a revista estadunidense Chemical

Research in Toxicology (Pesquisa química em toxicologia) publicou a pesquisa de Carrasco, onde se confirma que o glifosato produz múltiplas má formações e, com análises científicas como prova, adverte: “Os resultados comprovados em laboratório são compatíveis com má formações observadas em humanos expostos a glifosato durante a gravidez”.

As dez páginas da revista científica estão cheias de termos técnicos que, de distintas maneiras,

Americana de Química (ACS, por sua sigla em inglês, entidade com sede nos Estados Unidos, que conta com mais de 160 mil membros e é uma sociedade científica de referência a nível mundial).

“O efeito (do glifosato) sobre embriões abre a preocupação entorno dos casos de má formações em humanos observados em populações expostas em regiões agrícolas”, reafirma a revista científica e explica: “Devido a defeitos craniofaciais observados em seres humanos de regiões agrícolas



Plantaciones de árboles en Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

demonstram o efeito negativo do agroquímico: microftalmia (olhos mais pequenos que o normal), microcefalia (cabeças pequenas e deformadas), ciclopia (um olho só, no meio do rosto, má formação conhecida em clínica médica), má formações craniofaciais (deformações de cartilagens faciais e cranianas) e encurtamento do tronco embrionário. E não descarta que, em etapas posteriores, se confirmem má formações cardíacas.

“os embriões mais gravemente afetados têm falta de olhos e cavidades nasais [...] O glifosato interfere com mecanismos essenciais do desenvolvimento inicial conduzindo a má formações congênicas”, explica a pesquisa publicada na revista Pesquisa química em Toxicologia (Chemical Research in Toxicology), da Sociedade

decidimos explorar se os genes implicados no desenvolvimento da cabeça são alterados com o agroquímico. Confirmamos que tanto a marca comercial como o glifosato puro produzem defeitos cefálicos”.

Os resultados experimentais se realizaram em embriões anfíbios e de frangos, modelos tradicionais de estudo em embriologia quando se pesquisa transtornos no desenvolvimento de vertebrados. “Devido à conservação dos mecanismos que regulam o desenvolvimento embrionário dos vertebrados, os resultados de ambos modelos (anfíbios e frangos) são equivalentes ao que sucederia com o desenvolvimento do embrião humano”, explica o professor de embriologia da UBA e pesquisador principal do conselho

Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet).

A revista científica demonstra que se avançou em um feito inédito, de particular interesse para o âmbito científico, que é vincular as ma formações com a incidência do glifosato no aumento do ácido retinoico (derivado da vitamina A, normal em todos os vertebrados e essencial para a regulação correta dos genes envolvidos na vida embrionária). “Pequenas variações de ácido retinoico produzem ma formações. Nosso trabalho é a primeira evidência de que as ma formações produzidas pelo glifosato se associam com o ácido retinoico”, explicou Carrasco a Pagina/12.

Logo que detalhou ao extremo as formas de como se realizaram as análises, a pesquisa problematiza os aspectos macro da problemática argentina. “O modelo agrícola baseado no pacote tecnológico de OGM (Organismos Genéticamente Modificados) na atualidade se aplica sem avaliação crítica, sem normas rigorosas e sem informação adequada sobre o impacto das doses sub letais sobre a saúde humana e o meio ambiente”.

A pesquisa – que leva a assinatura de toda a equipe científica de Carrasco – recorda que na última década vários países da América Latina iniciaram estudos sobre as consequências ambientais do uso de herbicidas e pesticidas e destaca que em Paraguai um estudo epidemiológicos em mulheres expostas durante a gravidez aos herbicidas confirmou 52 casos de ma formações.



Foto: Leonardo Melgarejo

Também reafirma que Argentina conta com antecedentes que deveriam ter chamado a atenção dos organismos de controle. Destaca o aumento na incidência de ma formações congênitas informado há cinco anos pelo bioquímico e chefe do Laboratório de Biologia Molecular da Universidade Nacional do Nordeste, Horácio

Lucero, e a situação do bairro de Córdoba Ituzangó Anexo (rodeado de soja e onde se detectaram casos de ma formações e repetidos abortos espontâneos).

“Estes descobrimentos se concentram em famílias que vivem a poucos metros de onde regularmente se aplicam os herbicidas. Toda esta informação é extremamente preocupante por risco de induzir alterações na gestação humana”, confirma a publicação internacional, recorda que a literatura científica já comprovou que os fatores ambientais incidem durante a gravidez e, sobretudo, enfatiza que “a placenta humana demonstrou ser permeável ao glifosato”.

O trabalho do Laboratório de Embriologia da UBA faz especial ataque no “princípio da precaução”, legislado na Lei Nacional de Ambiente, que requer a tomada de medidas protetoras toda vez que existam possibilidades de prejuízos ambiental e sanitário. A pesquisa de Carrasco, que contribui com novos elementos de prova, questiona que “a pesar de todas as provas informadas na literatura científica e as observações clínicas no campo, não foi ativado o princípio da precaução com o fim de se dar conta da profundidade do impacto sobre a saúde humana produzido por herbicidas na agricultura baseada em OGM”.

Andrés Carrasco insistiu em que sua publicação é, junto a outros estudos já realizados, “um alerta que reclama a aplicação do princípio da precaução em todo o país” e adiantou a Pagina/12 que pôs sua pesquisa a disposição das autoridades do Conicet e dos ministros da Saúde (Juan Manzur) e Ciência (Lino Barañao). “Esta pesquisa, junto com outras já existentes, devem convidar de forma urgente a um debate aberto à sociedade com as máximas autoridades – reclamou. É necessário terminar com o silêncio, já que a pior das situações é a negação do que está acontecendo nas populações submetidas ao impacto dos agroquímicos.” Darío Aranda, “Deformaciones similares a las de embriones humanos”, (Deformaciones similares às de embriões humanos”), Pagina/12, Agosto de 2010. <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-151480-2010-08-17.html>

A primeira recomendação é que a sociedade, a opinião pública, escute, reconheça e conheça o que desde o âmbito acadêmico e científico da saúde afirmamos: os produtos utilizados para controle de pragas (praguicidas) são tóxicos, são venenos e estão nos adoecendo, as doenças que vemos e temos não são casuais, são geradas, principalmente, pela pulverização

com estes agrotóxicos.

Em razão do grave problema que aqui apresentamos, e em função da aplicação do princípio da precaução, acreditamos que se devem tomar medidas para garantir o direito à saúde e a um ambiente sadio para as populações dos povoados pulverizados, nossos pacientes. É urgente avançar em restrições públicas ao uso dos praguicidas já que durante ao menos 6 meses por ano e três vezes por mês se envenena massivamente as populações dos Povoados Pulverizados da Argentina. As pulverizações realizadas por meio de aviões ou helicópteros têm demonstrado que produzem uma "deriva" dos venenos que se expandem de maneira incontrolável. De fato o Parlamento da União Europeia através da sua Diretiva 128/09 determinou sua proibição em todo seu território, e estabeleceu a exigência de adequar as normativas de cada país neste sentido, já que pulverizações de praguicidas realizadas na França eram detectadas na Islândia em poucos dias.

É por isso que acreditamos que, considerando a magnitude da utilização de agroquímicos na Argentina e a fragilidade da saúde que se detecta na população dos povoados pulverizados, é fundamental proibir, de forma imediata, toda pulverização aérea de agrotóxicos em todo o território do país. . I Encuentro Nacional de Médicos de Pueblos Fumigados (I Encontro Nacional de Médicos de Povos Pulverizados), a g o s t o d e 2 0 1 0 , <http://alainet.org/es/active/41935>

A embaixada dos Estados Unidos defendeu o uso do questionado pesticida glifosato diante das autoridades do Senasa, o organismo responsável de garantir e certificar a qualidade da produção agropecuária. Segundo um informe diplomático de julho de 2009 filtrado por Wikileaks, ao que teve acesso Pagina/12, a embaixada tomou a decisão de apresentar estudos próprios ao ente regulador que havia autorizado o uso do pesticida depois de que este diário revelou o estudo científico alertando sobre a possível toxicidade do produto.

O lobbe estadunidense em favor do fabricante do pesticida, a multinacional Monsanto, ocorreu seis meses depois de que a Presidenta Cristina Fernández Kirchner ordenou o Ministério de Saúde a iniciar uma pesquisa oficial sobre os possíveis efeitos nocivos do pesticida. O estudo, que ainda está sendo realizado, servirá de base para limitar ou eventualmente proibir o uso de glifosato, se for demonstrado que efetivamente afeta a saúde da população, tal como sugere o trabalho questionado pela embaixada. Foi realizado pelo toxicólogo Andrés Carrasco com

embriões de frango. Segundo o informe para a embaixada, Carrasco é um pesquisador do "prestigioso" Conicet e da "muito respeitada" Universidade de Buenos Aires. Mas seu estudo não seria "cientificamente acreditável" porque não havia sido referendado por estas instituições nem incluído em uma publicação científica.

"Dentro dos círculos científicos e das agencias reguladoras responsáveis pela aprovação do uso do glifosato na Argentina, se aceita que o suposto estudo não tem credibilidade científica. Os resultados não foram apresentados para uma análise de metodologias, procedimentos e ou conclusões", diz o informe, Santiago O'Donnell, "El glifosato es intocable" (O glifosato é intocável) , P á g i n a / 1 2 , m a r ç o d e 2 0 1 1 , <http://www.pagina12.com.ar/diario /elpais/1-163729-2011-03-09.html>

A Organização Mundial de Saúde (OMS), máxima instância internacional em matéria sanitária, acaba de alertar sobre a vinculação do herbicida glifosato (o mais utilizado no mundo) e o câncer. Confirmou que existem "provas" de que o herbicida pode produzir câncer em humanos e em animais de laboratório. "Também causou danos de DNA e nos cromossomos nas células humanas", alerta o trabalho científico e detalha que se detectou glifosato na água, alimentos, e em sangue e urina de humanos. O glifosato se utiliza de maneira massiva em soja e milho transgênicos (entre outros cultivos) e há mais de dez anos é denunciado por organizações sociais, camponesas, médicos e cientistas independentes das empresas.

A medida que crescia o plantio de transgênicos, e maior era o uso de agrotóxicos, se somavam as denúncias por danos a saúde. Caso emblemático da Argentina é o das Mães do Bairro Ituzaingó Anexo em Córdoba, que inclusive chegou a juízo penal com condenações para o produtor e o responsável pela pulverização. E também se somaram os estudos científicos que davam conta de abortos espontâneos, câncer, ma formações e afecções agudas, entre outras consequências.

A Agencia Internacional para a pesquisa sobre o Câncer (IARC) é um âmbito especializado da Organização Mundial de Saúde (OMS). Logo de um ano de trabalho de 17 especialistas de onze países, em 20 de março emitiu um documento inédito: "Existem provas convincentes de que o glifosato pode causar câncer em animais de laboratório e existem provas limitadas de carcinogenicidade em humanos (linfoma no Hodgkin)". Detalha que a evidência em humanos corresponde à exposição de agricultores dos Estados Unidos, Canadá e Suécia, com publicações científicas desde 2001. E destaca que o



Plantaciones de árboles en Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

herbicida “também causou dano do DNA e de cromossomos em células humanas” (situação que tem relação direta com o câncer).

O IARC-OMS recorda que, em estudos com ratos, a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos havia classificado o glifosato como possível cancerígeno em 1985, mas logo (1991) modificou a classificação. Os cientistas do IARC consideram que, desde a reavaliação da EPA até hoje, houve “descobertas significativas e resultados positivos para chegar a conclusão de que existem provas suficientes de carcinogenicidade em animais de experimentação” e afirmam que estudos em pessoas reportaram “incrementos nos marcadores sanguíneos de dano cromossômico” depois de pulverizações com glifosato.

O documento “Avaliação de cinco inseticidas organofosforados e herbicidas”, foi publicado na sede do IARC em Lyon (França) e reafirma que as avaliações são realizadas por grupos de “especialistas internacionais” selecionados sobre a base de seus conhecimentos e sem conflitos de interesses (não podem ter vinculação com empresas).

A organização internacional recorda que o glifosato é o herbicida de maior uso mundial. Se utiliza em mais de 750 produtos diferentes para aplicações agrícolas, florestais, urbanos e nos

domicílios. Seu uso foi incrementado notavelmente com o desenvolvimento de variedades de cultivos transgênicos e enfatiza que o agroquímico “foi detectado no ar durante a pulverização, na água e nos alimentos”. E reconhece que a população “está exposta principalmente através da residência próxima às regiões pulverizadas”. Explicita que o glifosato foi detectado no sangue e na urina dos trabalhadores agrícolas.

Com a nova avaliação, o glifosato foi categorizado no “Grupo 2 A”, que significa em parâmetros da Organização Mundial da Saúde: “Provavelmente cancerígeno para os seres humanos”. Esta categoria se utiliza quando existem “provas limitadas” de carcinogenicidade em humanos e “suficiente evidência” em animais de experimentação. A evidência “limitada” significa que existe uma “associação positiva entre a exposição ao químico e o câncer”, mas que não se podem descartar “outras implicações”. Confirmado: la OMS ratificó que el glifosato de las fumigaciones puede provocar cáncer, (Confirmado: a OMS ratificou que o glifosato das pulverizações pode provocar câncer) Dario Aranda, La Vaca, março 2015. <http://www.lavaca.org/notas /confirmado-la-oms-ratifico-que-el-glifosato-de-las-fumigaciones-puede-provocar-cancer/>

A Aliança Biodiversidade inaugurou no mês de março um sitio Web (www.accionesbiodiversidad.org) para realizar Campanhas e Petições de maneira absolutamente independente. Uma das primeiras Campanhas que lançamos acompanhando a Rede Nacional de Ação Ecologista da Argentina foi:

Assine a petição: Pela proibição imediata do glifosato na Argentina. É rumo à mudança para um sistema agroalimentar ambientalmente sustentável que não adoeça nem mate, diverso e socialmente inclusivo.

Desde a Rede Nacional de Ação Ecologista (RENACE) da Argentina te pedimos que assine esta carta às autoridades nacionais solicitando:

A imediata proibição do **glifosato** para uso agrícola e urbano em todo o território da Republica Argentina em aplicação do **princípio da precaução**.

A ampliação e consolidação do debate e implementação da transição para outra agricultura sobre a base da produção agroecológica, a **soberania alimentar** e a inclusão social.

Assine-a, compartea-a, multiplique-a!

PETIÇÃO

Sra. Presidenta da Nação, Dra. Cristina Fernández de Kirchner
Sr. Ministro de Agricultura, Pecuária e Pesca, Eng. Agr. Carlos Casamiquela
Sr. Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. José Lino Barañao

A recente publicação da OMS do relatório sobre o glifosato que expõe que “Existem provas convincentes de que o glifosato pode causar câncer em animais de laboratório e existem provas limitadas de carcinogenicidade em humanos (linfoma no Hodgkin)” e por outro lado o herbicida “também causou danos no DNA e nos cromossomos em células humanas” vem a confirmar o que desde mais de uma década vêm denunciando comunidades, organizações sociais, médicos e pesquisadores de todo o país.

Desta maneira este documento vem a interromper o cerco de silencio com que se pretendia calar as vozes das vítimas de um modelo de agricultura criminoso que se impulsionou de maneira massiva na maior parte de nossa região agrícola.

A resposta dos pesquisadores do IARC às tentativas da Monsanto de desqualificar suas vozes têm sido contundentes: “a inclusão do glifosato foi decidida após numerosos estudos e a evidência apontava claramente neste sentido”. Nos perguntamos: existe evidência de que o glifosato causa câncer? E a resposta é “provavelmente”, explicou o coordenador do grupo de cientistas que compilou a lista, Aaron Blair.

A diferença dos argumentos da Monsanto que não são científicos por estarem baseados em estudos realizados sem independência de critério das mesmas empresas e ser confidenciais, o último estudo do IARC “somente considera os informes que foram publicados ou aceitados para sua publicação na literatura científica disponível abertamente”, assim como “dados que os informes governamentais que estão à disposição do público”.

As pesquisas de Andrés Carrasco dadas a conhecimento no ano de 2009 foram claras anunciando o que hoje se reconhece o IARC e seu compromisso desde este momento para denunciar o glifosato e o modelo do agronegócio que o impõe é um exemplo que hoje deve ser revitalizado a luz desta nova classificação para o herbicida estrela da Monsanto.

Estas pesquisas vão luz e voz às Mães de Ituzaingó e a todos os povos pulverizados que desde uma década atrás veem denunciando os impactos dramáticos em suas vidas com mapeamentos, estatísticas populares, casos concretos e uma luta que não cessou apesar da surdez intencional dos funcionários de turno a nível local, estadual e nacional.

O glifosato é comercializado a mais de 20 anos pela multinacional Monsanto sob a marca Roundup e seu uso se incrementou significativamente com a imposição dos cultivos transgênicos de soja, milho e algodão, que em nosso país abarcam mais de 24 milhões de hectares e cuja produção está indissoluvelmente ligada a seu emprego. No ano de 2014, segundo dados da indústria, no território argentino foram utilizados 200 milhões de litros de glifosato o que teve um impacto massivo sobre milhões de pessoas.

Esta semana se deu a conhecer um estudo epidemiológico realizado pela Universidade de Córdoba na localidade de Monte Maíz, onde havia uma alta concentração de depósitos de cereais e pesticidas, que determinou que a população tivesse uma incidência cinco vezes maior de casos de câncer que o comum.

Nossa posição é muito clara: não se trata de substituir o glifosato por outros herbicidas (como de momento já está propondo fazer a Monsanto com os herbicidas dicamba ou o 2.4 D) O que necessitamos é repensar radicalmente o modelo agrícola baseado em monocultivos, transgênicos e agrotóxicos para iniciar uma transição para uma produção agroecológica baseada nas economias locais e orientada para a Soberania Alimentar de nosso povo.

Por todos estes danos que produz o sistema agroalimentar atual, e todo o bem que nos trará os sistemas que propomos, demandamos:

A imediata proibição do **glifosato** para uso agrícola e urbano em todo o território da Republica Argentina em aplicação do **princípio da precaução**.

A ampliação e consolidação do debate e implementação da transição para outra agricultura sobre a base da produção agroecológica, a **soberania alimentar** e a inclusão social.

Esperamos sua rápida resposta e nos colocamos a disposição para disponibilizar toda a bibliografia e registro de casos que sustentam esta solicitação.

Para assinar: www.accionesbiodiversidad.org

Brasil: árvores transgênicas e resistência camponesa

Silvia Ribeiro

20

No passado 5 de março, mulheres do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e Via Campesina Brasil detiveram a primeira liberação comercial de árvores transgênicas na América Latina. Cerca de mil mulheres ocuparam uma planta da FuturaGene em Itapetininga, estado de São Paulo, arrancando plântulas de eucaliptos transgênicos desta empresa, propriedade da transnacional brasileira Suzano Papel e Celulose, uma das dez maiores produtoras globais de celulose.

Nesse mesmo dia, 300 mulheres dos movimentos ocuparam as instalações da CTNBIO (comissão Nacional Técnica de Biossegurança, Brasil), interrompendo a reunião que pretendia aprovar a plantação comercial de eucaliptos transgênicos,

conseguindo com ambas as ações para a decisão. O dia anterior se havia realizado uma jornada internacional de ações de protesto no Brasil, Estados Unidos e outros países (Campanha para deter as árvores transgênicas, stopgetrees.org)

A valente ação das mulheres do MST e Via Campesina tem repercussões que vão além das fronteiras de seu país, e forma parte de uma crescente resistência mundial contra este novo assalto transgênico à biodiversidade, à alimentação e aos territórios camponeses e indígenas.

Como informa o Movimento Mundial pelas Matas (wrm.org.uy) existem centenas de parcelas experimentais de árvores transgênicas, mas a grande maioria está nos Estados Unidos, China, Brasil e Canadá. No momento da publicação

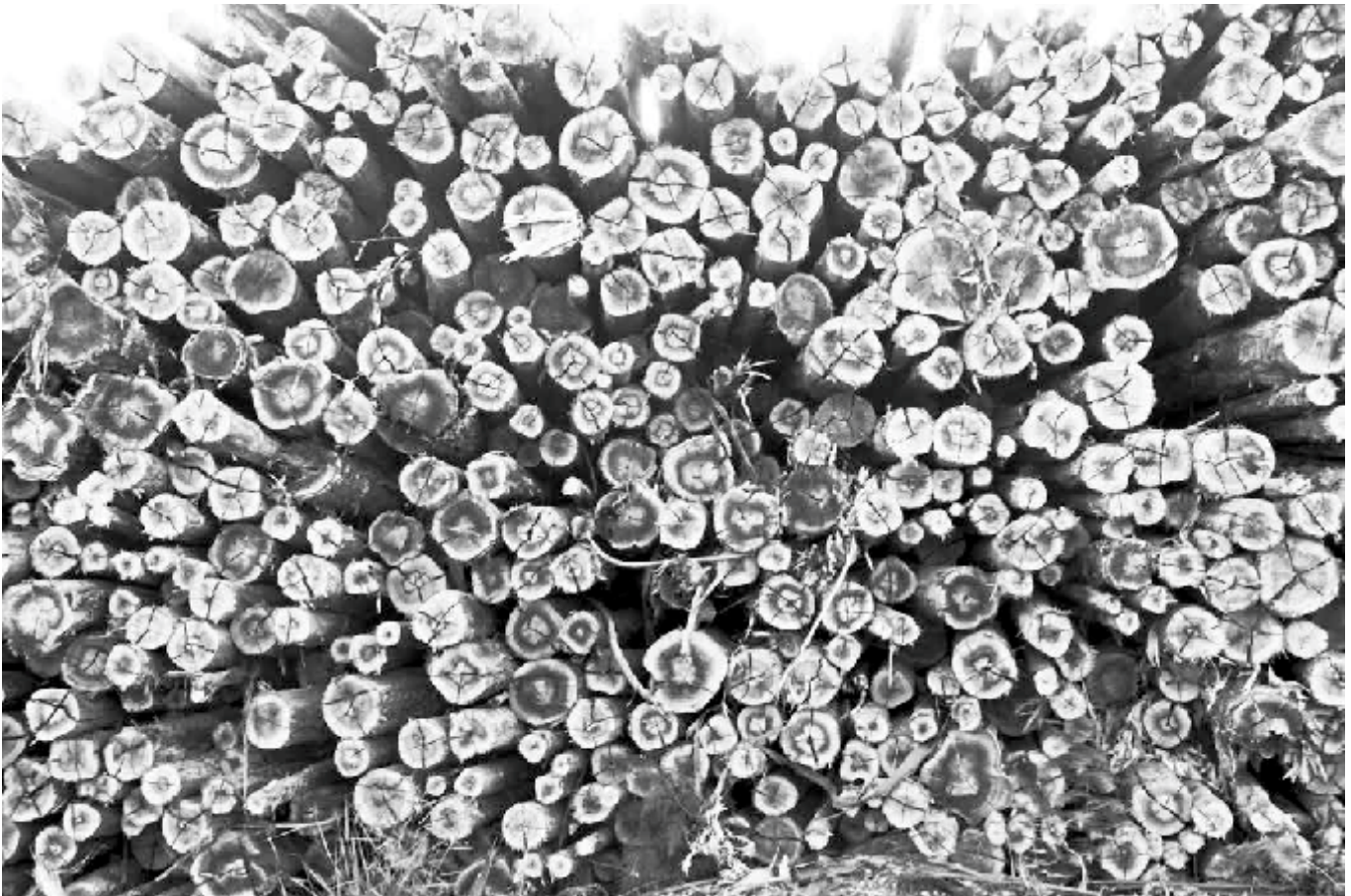


Foto: Leonardo Melgarejo

original deste texto, somente a China havia aprovado a liberação comercial de árvores transgênicas madeiráveis e é a primeira vez que se propõe sua liberação comercial em grande escala na América Latina. Vários países do continente têm pesquisas e alguma experimentação nesta área, incluídos: Argentina, Chile, Uruguai e México. Segundo a Coalizão Mundial pelas Matas (globalforestcoalition.org), desde 2007 existem empresas experimentando com eucaliptos e pinus transgênicos em Guerrero, México, o que seria grave ambiental e socialmente, mas, além de ilegal, já que não existe nenhuma solicitação disto nos registros da Cibiogem (Comissão de Biossegurança e OGM, México).

O MST advertiu que os eucaliptos transgênicos têm fortes impactos negativos sobre os camponeses, a biodiversidade, a água e a terra. Do mesmo modo que os transgênicos agrícolas, não são para satisfazer nenhuma necessidade das pessoas, estão desenhados para aumentar os lucros corporativos. Os enormes monocultivos de eucaliptos têm expulsado milhares de famílias indígenas e camponesas. Estas plantações não permitem que nada subsista dentro ou ao redor, devido ao uso intensivo de agrotóxicos e a quantidade de água que absorvem para crescer. As plantações de eucaliptos são cortadas para o processamento em 6-7 anos. Logo voltam a crescer uma ou duas vezes mais, mas em 20 anos, somente fica um enorme deserto de tocos estéreis, o solo completamente esgotado, envenenado e sem nutrientes e as fontes de água dos arredores secas.

Em vários países, não só expulsaram aos camponeses de suas terras, também os vizinhos tiveram que sair devido à falta de água. Dentro das plantações não crescem outras espécies vegetais nem animais, por isso os movimentos lhes chamam de desertos verdes.

Os eucaliptos transgênicos da FuturaGene são manipulados para crescer em apenas 4-5 anos, por isso requerem mais agrotóxicos e muito mais água, aumentando dramaticamente a crise hídrica nestas regiões. Além disso, enfatiza o MST, são uma ameaça aos apicultores, maioria camponeses, já que se seu mel se contamina com pólen transgênico, não só deteriora o consumo, como não poderão exportá-lo.

A contaminação com pólen de cultivos agrícolas transgênicos é um problema sério, mas com as árvores transgênicas, por estarem emitindo pólen por décadas, a distâncias muito maiores, a situação se torna dramática. As interações deste pólen com espécies silvestres ou cultivadas, assim como sobre a biodiversidade, são imprevisíveis pelo tempo e distancia que cobrem. Paradoxalmente, ao invés de isto levar a proibição

das árvores transgênicas, este é o argumento que usam no Brasil as empresas para pressionar a legalização de outra perigosa tecnologia transgênica: Terminator, uma tecnologia para fazer plantas suicidas, com sementes que se tornam estéreis ao contato com certos químicos. A atual ministra da agricultura do Brasil Katia Abreu, defensora dos latifundiários e empresas de agronegócios, foi quem apresentou, sendo deputada, a primeira proposta para legalizar esta tecnologia no Brasil, onde está proibida, seguindo uma moratória internacional das Nações Unidas contra sua aplicação.

A ação do MST freou a decisão da CTNBIO, mas a ameaça das árvores transgênicas finalmente se cumpriu e igualmente ao sucedido com outros transgênicos no Brasil, sua aprovação afetará em efeito dominó a muitos outros países.



Foto: Leonardo Melgarejo

A poucos dias desta ação, começou a circular nas redes sociais do Brasil uma ameaça de morte contra João Pedro Stédile, um dos fundadores e líderes do MST, oferecendo dinheiro para quem o capture vivo ou morto, por ser inimigo da pátria. A ameaça, ao que parece iniciada na página de um policial do Rio de Janeiro, foi repudiada por movimentos e organizações de todo o mundo, com a exigência das autoridades de que se investigue e castigue aos responsáveis.

Em todas as partes do mundo, as empresas, meios de comunicação e autoridades que as encobrem, pretendem avançar impunemente, destruindo a biodiversidade, territórios e meios de sustento de camponeses e indígenas. Toda nossa solidariedade contra a criminalização das resistências, suas lutas nos fortalecem a todos. (La Jornada, 25, março 2015).

Brasil aprovou as árvores transgênicas

A decisão viola leis nacionais e protocolos internacionais

22

9 de abril de 2015. Segundo informações difundidas pelo Movimento Mundial pelas Matas Tropicais em sua página, “A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO), formalmente aprovou a petição da indústria de liberar um eucalipto geneticamente modificado, que solicitou FuturaGene, uma companhia de propriedade da Suzano, a corporação brasileira de produção de pasta e papel. Esta é a primeira aprovação de liberação comercial de árvores geneticamente modificadas na América Latina. As organizações brasileiras estão considerando a possibilidade de apelar à justiça para impedir a liberação de árvores transgênicas, pois se está violando a legislação nacional.”



Foto: Leonardo Melgarejo

“Em um email (<http://stopgetrees.org/wednesday-email-from-ctnbio-member-paulo-paes-de-andrade/>) de Paulo Paes de Andrade, membro da CTNBIO à campanha STOP GE Trees, enviado em 8 de abril, diz que a decisão de aprovar o eucalipto GE já estava tomada,

indicando que a reunião do dia 9 foi um tecnicismo, para confirmar a solicitação da FuturaGene.

“Que a CTNBIO tenha aprovado a liberação de eucaliptos transgênicos não surpreende. Ao longo dos anos, a CTNBIO tomou muitas decisões a favor da liberação de cultivos transgênicos no Brasil, ignorando – como também acontece neste caso – os protestos de uma ampla gama da sociedade. A Comissão também ignorou as cartas de protesto assinadas por mais de 10 mil pessoas”, diz Winnie Overbeek, coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Matas Tropicais.

“A Comissão, sistematicamente desconsidera o princípio da precaução, e inclusive a necessidade urgente de estudos detalhados sobre vários impactos desta perigosa tecnologia, violando a decisão de 2008 entorno de árvores transgênicas tomada pela Convenção de Diversidade Biológica da ONU, da qual o Brasil é signatário”.

Em sua carta, Paulo Paes de Andrade, da CTNBIO, indeferiu a decisão da CDB das Nações Unidas, a que assinou incorretamente como Protocolo de Cartajena (uma entidade diferente) afirmando: “a liberação destas árvores geneticamente modificadas é um problema apenas do Brasil, e nenhum outro país ou grupo de países tem o direito de interferir nesta decisão”.

A doutora Ricarda Steinbrecher, coordenadora da EcoNexus e próxima a Federação de Cientistas Brasileiros, explicou que “a regulação de árvores transgênicas provavelmente atravessarão as fronteiras nacionais. Uma revisão da literatura científica mostra que, atualmente, no é possível fazer uma avaliação de risco significativa e suficiente das árvores transgênicas. Tanto a literatura científica como os experimentos a campo mostram que vai acontecer a contaminação devido às árvores transgênicas e sua dispersão. A decisão da CDB foi tomada a partir do entendimento do risco sobre os ecossistemas florestais globais – e é uma questão internacional, tanto em termos científicos como políticos”.

No Brasil, diz o boletim do WRM, “existe também muita preocupação pelo impacto que os eucaliptos GM podem ter sobre os milhares de famílias que produzem mel nas regiões onde se plantem os eucaliptos”. Estes produtores correm risco de perder sua certificação orgânica e seus mercados internacionais se o mel se contamina com o pólen dos transgênicos.

Com informação de WRM
<http://worm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/arvores-geneticamente-modificadas-sao-aprovadas-no-brasil-bom-senso-e-precaucao-ignorados/>

Comunidades pulverizadas na Costa Rica acusam o Estado e transnacional perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Soledad Castro, Henry Picado y William Vega

23

A comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) convocou, no passado 20 de março de 2015, em sua sede em Washington DC para uma audiência pública sobre o tema do direito humano a água potável em zonas rurais da Costa Rica¹. Participaram representantes de comunidades afetadas pelos agrotóxicos empregados na produção de abacaxi, representantes do setor ambientalista² e representantes do Estado costarricense. Apresentou-se o caso das comunidades de Siquerres de Limón, região Caribe Norte da Costa Rica, que têm a água para consumo contaminada por praguicidas. Este caso foi utilizado como exemplo, pois expõe as graves consequências que trouxe a expansão descontrolada do monocultivo de abacaxi no país e o favorecimento realizado pelo Estado à agroindústria transnacional em vez de respaldar as comunidades locais.

A CIDH é um órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregada de promover e proteger os direitos humanos no continente americano. No caso particular da audiência temática por violação ao direito humano a água potável das comunidades rurais da Costa Rica é a primeira vez que comparece o Estado costarricense frente à CIDH por ser cúmplice do delito de contaminação de águas para consumo humano, ao não tomar medidas adequadas para solucionar a problemática e ao não responsabilizar as empresas obrigando-as a pagar o custo dos danos.

Os aquedutos comunitários denunciaram em 2009 a transnacional Del Monte AS por este delito. No entanto, o poder judicial da Costa Rica, ainda não deu resposta a esta e muitas outras denúncias interpostas. Inclusive, a Sala Constitucional da Costa Rica falou em favor das comunidades afetadas, mas estas conquistas são “vitórias legais sem solução”, já que não há resposta por parte do Estado.



Monocultivos de piña en Costa Rica. Foto: Frenasapp

Por este motivo, ao se esgotar as vias nacionais se decidiu recorrer a uma instância internacional, já que apesar de que Costa Rica seja um país “verde” por fora, por dentro a realidade diz outra coisa.

A história da expansão do abacaxi é um capítulo mais da história agrícola nacional herdeira do território bananeiro, caracterizada pela alta concentração da terra, a alta toxidade e a exploração do trabalho.

Nos últimos 20 anos, a expansão do abacaxi foi excepcional por todo o país, colocando a Costa Rica como o maior exportador de abacaxi do mundo. Dados da Promotora de Comercio Exterior (Procomer) do Ministério de Economia, Indústria e Comércio, demonstram que entre 2009 e 2014 o volume das exportações de abacaxi aumentou 44% alcançando lucros de mais de 800 milhões de dólares anuais. Em termos territoriais a expansão do monocultivo é chamativa por vertiginosa e desordenada. Nem mesmo o Estado conta com informação clara sobre quanto abacaxi existe plantado, ou quais empresas funcionam com permissão e quais não. A falta de planejamento, regulação e controle por parte do Estado, teve graves consequências para as comunidades onde se desenvolve a atividade. A cifra oficial que se utiliza sobre a quantidade de hectares plantados é de 50 mil, mas existem setores que asseguram haver contabilizado mais de 70 mil hectares em todo o país.

O monocultivo do abacaxi se destaca por seu alto grau de conflitividade, tal como demonstrou o informe do Estado da Nação. De acordo com este documento, as principais preocupações giram em torno da contaminação de águas superficiais e subterrâneas, a mudança no uso do solo, o mau manejo de resíduos, e conseqüentemente, a geração de uma grande praga da mosca chupa sangue que afeta o gado circundante às plantações de abacaxi. Outros fatores que desencadeiam mobilizações e mal estar social são a concentração da terra, a expulsão das famílias camponesas, a perda da soberania alimentar, o desrespeito aos direitos trabalhistas e as conseqüências na saúde devido à exposição aos agroquímicos por parte de trabalhadores agrícolas e habitantes de comunidades próximas às plantações.

Os ingressos econômicos gerados pela atividade não garantiram o benefício social que se prometeu e pelo contrário têm um grande custo humano e ambiental. As principais empresas transnacionais instaladas no país para a produção e comercialização do abacaxi são: Dole, Chiquita e DelMonte – que foram denunciadas durante anos por trabalhadores e comunidades devido a

destruição de matas e o envenenamento de grande parte dos ecossistemas. Somado a isto se registram danos severos na saúde de milhares de trabalhadores e vizinhos pelo uso indiscriminado de agroquímicos, como: Nemação, Glifosato, 2-4D e Paraquat. Cabe reafirmar que o Nemação foi responsável por afetar severamente a saúde de quase 30 mil trabalhadores na América Central nos anos setenta e até os dias de hoje não lhes foram feito justiça.

O cultivo de abacaxi está continuando o velho modelo de produção da banana que afetou o país por mais de um século, caracterizado, entre outras coisas, pelo uso indiscriminado de agroquímicos, a concentração de terras, a expulsão da agricultura camponesa e a proletarização das populações do campo.

A produção de abacaxi em grande escala começou no final dos anos oitenta na zona sul do país, quando a empresa Pindeco AS, subsidiária da Del Monte, se instalou e iniciou a utilização de um pacote tecnológico focado na produção da maior quantidade de abacaxi possível por hectare. Através deste coquetel tóxico se desenvolveu um sistema produtivo dependente dos insumos químicos, que contempla o uso de herbicidas, fungicidas, nematicidas, inseticidas, fertilizantes, adubos e compostos químicos organo-fosforados que induzem a floração da planta e regulam a colheita.

Também se instalaram complexos industriais para o recolhimento e embalagem do produto, que mudaram drasticamente a paisagem e a vida camponesa de milhares de pessoas.

Dentro do desenvolvimento deste modelo de produção artificial, criaram, desenvolveram e patentearam uma variedade de abacaxi híbrida chamada MD-2, conhecida como Del Monte Gold ou “Abacaxi dourado”, que é a base de um grande negócio que rapidamente se difunde por todo o país, principalmente na zona Sul, na zona Norte e no Caribe e, recentemente, no Pacífico central.

Nos anos noventa os Estados Unidos era um dos principais produtores e exportadores de abacaxi e sua produção se reduziu drasticamente por causa do grande impacto que gerou este cultivo nas ilhas do Havá, até transformá-las em terras inaproveitáveis, agriculturamente falando. Diante disso, a empresa Del Monte se estendeu na Costa Rica para continuar recebendo lucros milionários com o “abacaxi dourado”, chegando a estabelecer em todo o país um sistema de produção que apresenta os “melhores rendimentos” por área em nível mundial³, explorando extensivamente a terra, a água e aos trabalhadores.



Fumigación de piña en Costa Rica. Foto: Frenasapp

Del Monte não só é dona da principal exportadora a nível nacional, como também da empresa BANDECO e CARIBANA⁴. Isto coloca a Del Monte como a maior empresa exportadora de banana e abacaxi do país, que a pesar de se camuflar por trás de diferentes nomes e empresas, constitui um só capital e uma das empresas agroindustriais maiores em nível mundial.

Em resposta, em 1988 se fundou a Frente de Luta Contra Pindeco, que tinha como objetivo denunciar os desastres ambientais e as violações dos direitos trabalhistas por parte da empresa Pineapple Development Company propriedade da transnacional Del Monte. Para em 2003 o Foro Emaús, famoso por sua luta a favor dos direitos dos/as trabalhadores/as na banana, se somou a luta contra a expansão do abacaxi. Estes dois fatos fundaram a resistência à expansão do abacaxi na Costa Rica.

A Frente Nacional de Setores Afetados pela Produção de Abacaxi (frenasapp) nasceu em 8 de março do ano 2008 em um encontro realizado na comunidade da Perla em Guácimo, onde participaram comunidades da zona Sul, Norte e Caribe do país. A atividade foi convocada por vizinhos e vizinhas de Perla, Foro Emaús, e Cedarena, para propiciar um espaço de discussão sobre as semelhanças das consequências da produção de abacaxi e as lutas que vinham dando as comunida-

des nas diferentes áreas do país.

Na Frenasapp participam comunidades das regiões afetadas pela produção de abacaxi, quem solicitou em distintas ocasiões uma moratória nacional à expansão do abacaxi, diante das múltiplas consequências que acarretou o monocultivo para as pessoas habitantes destes povoados.

Há mais de quinze anos comunidades e organizações vêm trabalhando contra a produção irresponsável do abacaxi. Neste sentido a Frenasapp obteve múltiplas estratégias de luta a maioria de forma descentralizada, e que se materializa em mobilizações em entidades estatais, bloqueios de rodovias, atividades de debates e informação, moratórias municipais, mostras e pesquisas sobre a contaminação por agrotóxicos, boletins, materiais audiovisuais, demandas legais, etc.. Tudo isso tem conseguido ir mudando pouco a pouco a percepção da população urbana e rural sobre a indústria.

O caso emblemático dos aquedutos que abastecem a Milano, Cairo, Luisiana e La Francia que se localizam no estado de Limón, exemplifica a diminuição na qualidade de vida que sofreram as comunidades rurais. Desde o ano de 2003 o Instituto Regional de Estudos em Substancias Tóxicas (IRET) da Universidade Nacional (UNA) documentou a contaminação das

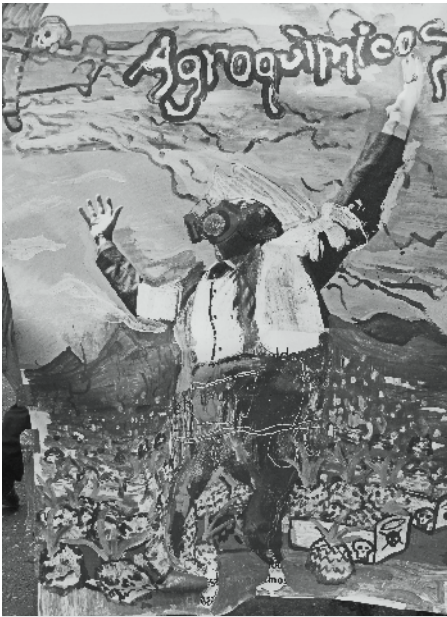


Foto: Henry Picado

fontes de água com praguicidas utilizados na produção de abacaxi nestas comunidades. Ao longo destes 12 anos, foram detectados, na água para consumo humano, os agrotóxicos: Bromacil, Diurón, Tira-dimefón, Metaxil e Paraquat. Estas pesquisas levaram o Estado a proibir o consumo de água destes aquedutos comunitários.

Por isso, desde 2007, o Instituto Costarricense de Aquedutos e Alcantarillados (AyA) iniciou o abastecimento de água potável às comunidades com caminhões cisterna com um custo de 27 mil dólares mensais, alcançando na atualidade um acumulado de mais de 2 milhões de dólares. Custo que deveria ser pago pela empresa responsável pela contaminação e não pelo Estado.

Como resultado de varias ações formais legais, em 2007 e em 2009 a Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça ordenou que se remediasse imediatamente a situação em um período máximo de dois anos. Não obstante, o governo da Costa Rica não adotou nenhuma medida para deter a contaminação da água. Cabe reforçar que recentes análises seguem corroborando a presença de praguicidas e não se fez os estudos epidemiológicos necessários para conhecer os efeitos que este pode ter na saúde da população.

Os habitantes se queixam de diversas doenças que se relacionam com a exposição aos agroquímicos através da água, já que se veem obrigados a utilizá-la diariamente para se banhar, realizar atividades domésticas, e inclusive em algumas ocasiões, para consumir. Alguns dos padecimentos manifestados são problemas dérmicos, gastrointestinais e uma alta incidência em casos de câncer.

No relatório de sua visita à Costa Rica no ano 2009, a Especialista Independente das Nações Unidas para o cumprimento do Direito Humano a água, Catarina de Albuquerque, expressou sua preocupação a respeito do emprego de Bromacil e Diurón, destacando que estes produtos foram relacionados com diversas formas de câncer no caso de serem consumidos em grandes quantidades durante um período prolongado.

Junto a isso, quando o Especialista Independente da ONU em direitos humanos e ambiente, John H. Knox visitou o país em 2003, reiterou ao Estado do cumprimento às recomendações de Catarina de Albuquerque, prestando mais atenção à necessidade de serviços de saneamento.

O direito a água foi pouco analisado pela CIDH. O incipiente desenvolvimento em torno ao direito a água encontra explicação no fato que a CIDH tem se focado no conhecimento das graves violações aos direitos humanos e voltou seus esforços para saldar temas de dívida históricos de muitos países do hemisfério. Mas com a criação da Unidade sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais⁵, a CIDH abriu as portas para que a sociedade civil americana ventile de forma especializada temas como o direito a água.

Deve-se recordar que, dentro dos instrumentos jurídicos existentes no Sistema Interamericano⁶, o direito a água é analisado a partir de outros direitos, como o direito a vida, o direito a saúde, ou bem, o direito a um meio ambiente saudável. Isso não limitará que o direito a água não possa ser reconhecido com um direito de conteúdo independente.

A audiência sobre acesso a água de comunidades rurais da Costa Rica adquire maior relevância se tomamos em conta que a Costa Rica não é um dos Estados que mais frequentam o Sistema Interamericano. Evidenciar a responsabilidade que têm tanto as transnacionais como o Estado no desastre humano e ambiental que vivem as comunidades afetadas pela expansão do abacaxi se torna importante para aqueles que resistem à expansão deste monocultivo.

Notas:

- 1 A petição do Centro de Direito Ambiental e dos Recursos Naturais (Cedarena), os acordos comunitários afetados e a assessora legal Emily Yozell, com apoio da Clínica de Direitos Humanos da Universidade de Santa Clara, EUA.
- 2 Particularmente o Centro de Direito Ambiental e dos Direitos Ambientais
- 3 Infoagro.
<http://www.infoagro.go.cr/documentospdf/06diag.pdf>
- 4 Barquero M. Fresh Del Monte comprou banana e abacaxi nacional em 400 milhões de dólares, La Nación, San José, Costa Rica, 10 de Junho, 2008.
- 5 Criada durante o 146o POS que foi realizado em 29 de outubro a 16 de novembro de 2012.
- 6 Tais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou o Protocolo adicional da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador).

Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA, vira programa de Governo no RS, Brasil e pode ganhar âmbito nacional

Nos últimos anos o Movimento dos Pequenos Agricultores elaborou, discutiu e consolidou uma proposta ampla e global para o desenvolvimento da agricultura camponesa, uma meta síntese e uma estratégia de transformação:

O PLANO CAMPONÊS.

A formulação do plano se desdobrou em luta social e política. No Rio Grande do Sul, os movimentos da Via Campesina, operários, metalúrgicos, movimentos populares e de juventude, abraçaram a proposta e a transformaram em uma reivindicação concreta e prática de ampla repercussão social e econômica. Um **Programa Camponês** como política de Estado, estruturante da produção e da vida camponesa. A exitosa experiência se traduz como reivindicação imediata ao Governo Federal.

Representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), de trabalhadores metalúrgicos e de movimentos populares se reuniram, do dia 23 de março, em Brasília, com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, para propor a criação do **Programa Camponês** em nível nacional. O ministro Patrus Ananias recebeu a proposta da política e foi criado de um Grupo de Trabalho para avaliar as adaptações necessárias para a implementação do programa em âmbito nacional.

Este **Programa Camponês**, entre outros elementos, consiste em:

Estimulo a cooperação e ao cooperativismo: em cada grande região os movimentos sociais selecionam cooperativas ou associações camponesas para operar o programa.

Crédito desbancarizado e desburocratizado: ou seja, sem as regras bancárias convencionais dos acordos de Basileia, garantido o direito dos agricultores acessar recursos para produzir alimentos saudáveis.

Transição agroecológica massiva: emprego de princípios, técnicas e métodos produtivos agroecológicas, compatíveis com a estratégia econômica, tecnológica e energética de autonomia camponesa.

Investimento nas Unidades de Produção Camponesas: criar condições de reestruturação produtiva para produzir alimentos, em especial, através de:

* **biomineralização do solo:** recuperar a fertilidade dos solos com utilização de pó de rochas, adubos orgânicos, adubos verdes e biofertilizantes;

* **kit soberania alimentar:** investimentos em diversificação da produção para abastecimento

popular, como instalação de hortas, pomares de frutas, criação de pequenos animais e sementes;

* **introdução do Pastoreio Racional Voisin (PRV):** viabilizar a introdução de pastagem permanente para ampliar a produção leiteira e de carnes;

* **resfriadores:** qualificar a armazenagem do leite produzido através de resfriadores a granel;

* **fruticultura:** formação de pomar familiar;

* **mudas:** instalar viveiros de mudas florestais, frutícolas e de olerícolas;

* **sementes crioulas e varietais:** autonomia na produção de sementes para o uso dos próprios agricultores;

* **máquinas e equipamentos agrícolas:** proporcionar a mecanização das atividades agrícolas ampliando a produtividade do trabalho nas unidades camponesas;

* **irrigação:** dispor de recursos para as famílias irrigarem suas roças, implicando em aquisição máquinas para construção de açudes, cisternas para produção e aquisição de equipamentos de irrigação.

Processamento e Agroindustrialização da Produção: formas de cooperação para a constituição de unidades agroindustriais cooperadas, de sucos, conservas, carnes e pescado, embutidos, laticínios, beneficiamento de grãos, entre outras.

Unidades de Beneficiamento de Sementes: de porte pequeno e médio, distribuídas e todo o território nacional, para produzir e beneficiar sementes visando a autonomia produtiva da agricultura camponesa e da produção agroecológica.

Biofábricas de insumos: com o objetivo de produção massiva de insumos agroecológicos como fertilizantes e biofertilizantes, bem como produção de agentes biocontroladores de pragas e doenças.

Armazenagem, logística e distribuição: construção de estruturas de secagem e armazenagem, aquisição de veículos para transporte dos alimentos. Instalação de centros logísticos de recolhimento e distribuição de alimentos em regiões estratégicas e centros urbanos.

Este é o Programa pelo qual lutamos e que terá a capacidade de unificar forças sociais camponesas e urbanas para seguir na luta pela construção de soberania alimentar, qualidade de vida e um Brasil democrático e justo.

Plano Camponês: Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar



Foto: Leonardo Melgarejo

México

Porque queremos seguir sendo o que somos

No marco do Encontro: *Políticas de Conservação, leis energéticas e territórios indígenas e camponeses*, nos reunimos na Cidade do México nos dias 4 a 6 de março, 110 povos indígenas, comunidades e organizações camponesas e organizações da sociedade civil, de

16 estados do país, com a finalidade de analisar os efeitos que tem em nossos territórios os programas de conservação e os distintos projetos energéticos que se pretende impor.

Os povos originários e camponeses, mulheres e homens, somos os legítimos donos e possuidores das terras sobre as que temos direitos agrários e direitos indígenas, além de que nossos territórios se encontram entre os melhores conservados, pelo que adquirimos cada vez maior importância frente a crise climática. Entretanto, as reformas energéticas aprovadas no ano passado, se converteram em uma nova ameaça a nossos territórios, cultura, natureza e formas de vida.

A partir do intercambio de experiências analisamos que: as áreas naturais protegidas, sob qualquer categoria de conservação, foram decretadas em nossos territórios sem que tenha existido consentimento de nossa parte e a partir delas se alienou o desfrute, uso e controle a favor dos funcionários ambientais, e inclusive a empresas privadas,

fundações internacionais de conservação, etc..

O direito de parte de nossos territórios como área natural protegida debilita o papel da Assembleia como máxima autoridade, ao substituir suas decisões pelos planos de manejo, decretos, ordenamentos territoriais comunitários e regulamentos que impuseram múltiplas restrições ao uso de nosso território, inclusive a proibição de realizar atividades necessárias para o sustento.

A maioria dos ordenamentos territoriais, que são condição para acessar a distintos programas, se realizam sem o consenso da comunidade, buscam incluir como área de conservação grandes extensões e se transformam em limites e proibições à realização de atividades necessária para a vida.

Os programas de pagamento por serviços ambientais são a única compensação às comunidades pelos limites que lhes são impostos pela conservação. Entretanto sua operação não é transparente. Praticamente impõem vetos nas áreas em que se instalam, proíbem a roçada e queimada, a caça e a coleta, a pesca e uma vez concluído o prazo de cinco anos contratado pela comunidade, buscam convertê-las em áreas de certificação voluntária para mantê-los em conservação. Estes pagamentos nem sequer compensam o trabalho adicional que os programas de serviços ambientais impõem às comunidades.

Os pagamentos por serviços ambientais hidrológicos e os projetos REDD+ operando em nossas terras e matas, buscam aumentar a captação de água, e a captura de carbono. No entanto as mineradoras, as hidroelétricas e mini hídricas, a perfuração hidráulica, a exploração de petróleo, concentram e consomem a água que nós produzimos, além de que geram um aumento anormal de gases de efeito estufa.

Amparadas nas reformas energéticas, se multiplicaram as iniciativas para

estabelecer projetos extrativistas em nossas regiões. Estas reformas promovem os projetos de busca e exploração de petróleo e carburantes não convencionais, de perfuração hidráulica, a instalação de gasodutos, represas hidroelétricas e mini hídricas, a exploração mineira, às quais lhes dão caráter prioritário sobre qualquer outra.

Estes projetos fracionam e deterioram territórios de povos indígenas e camponeses, nos tiram fontes de trabalho, provocam expulsões e migrações forçadas das populações. Causam uma devastação ambiental de magnitudes desproporcionais com impactos na saúde das pessoas, contaminam lençóis freáticos, ar, solo, aniquilam ecossistemas completos. Ocasionalmente divisões e conflitos comunitários, permitem a entrada de pessoas alheias às comunidades e destroem o tecido social.

Um grande número de comunidades e organizações em distintos estados do país nos opomos à instalação destes projetos em nossos territórios, assim como à construção da infraestrutura que requerem para sua operação: aeroportos, rodovias, zonas comerciais, depósitos de lixo, etc..

Impulsionamos distintas estratégias de defesa de nossos territórios, bens naturais e formas de vida, às quais o Estado respondeu com criminalização dos protestos, endurecendo suas políticas e legalizando a expulsão através de leis. Além das tradicionais práticas fraudulentas.

Afirmamos que: Queremos seguir sendo o que somos e manter nossos territórios.

Nenhum projeto pode ser instalado em territórios indígenas e camponeses sem obter seu consentimento livre, prévio e informado. Os direitos dos povos devem estar acima dos direitos das empresas. Nós como mulheres e homens donos e possuidores dos territórios vamos exercer nosso direito de veto quando tivermos decidido rechaçar o projeto.

As e os participantes deste Encontro há tempos vimos lutando. Assim que anunciamos que seguimos ofendidos pela expulsão e a devastação a que pretendem nos submeter.

Nos propomos: Fortalecer nossas estruturas de organização autônomas, e a democracia comunitária, principalmente Assembléias Agrárias, os Conselhos, as Juntas de moradores. Apoiar e manter sob controle às autoridades agrárias. Utilizar os estatutos comunitários e os regulamentos de campo como instrumentos de defesa.

Fazer dos processos de informação uma via para a coalizão coletiva na comunidade, o campo, a assembleia, o conselho, a rede, a frente. Evitar que o “especialista”, a advogada, ou o “técnico” desenhem o rumo estratégico de nossas lutas.

Estamos impulsionando estratégias múltiplas e diversas de luta de acordo com o problema, não necessitamos estruturas nem estratégias únicas, mas sim necessitamos espaços de reunião e intercambio em todos os níveis: local, regionais e nacionais.

Responderemos solidariamente frente a qualquer ameaça, intimidação e repressão a qualquer de nossas lutas.

Tlalpan, DF, 5 de março de 2015.

Ciudadanos y ciudadanas, autoridades agrarias o municipales de 70 comunidades, ejidos o municipios:

Cidadão e cidadãs, autoridades agrárias ou municipais de 70 comunidades, campos ou municipios:

Campeche: Hopelchen, Suc Tuc, Calakmul. **Chiapas:** Tziscaco, Chilón, San Cristóbal de las Casas, Ocozocoautla, Tuxtla Gutiérrez, San Sebastián Bachajón, La Candelaria, Bienes Comunales Zona Lacandona, Frontera Corozal. **Chihuahua:** Bosques San Elías Repechique, Guachochi, Chihuahua. **Colima:**

Zacualpan. **Edomex:** Santiago Tianguistenco, Tultitlán, Atenco, Temascalapa. **Guerrero:** Tlapa de Comonfort, Cuamantzingo, San Miguel del Progreso, Xochistlahuaca, San Luis Acatlán, Atliaca, Topiltepec, Atzacoyaloy, Mezcaltepec, El Ranchito Amolixtlahuacan. **Hidalgo:** Oxeloco. **Jalisco:** El Grullo, El Salto, Huaxtla, San Isidro, Mezcala, San Sebastián Teponahuaxtlán. **Michoacán:** Paracho, Morelia. **Oaxaca:** Santiago Tlapepusco, Paso de la Reina, El Porvenir, Putla, San Dionisio del Mar, Nuevo Progreso, Santiago Amoltepec, Santa Marta Zapotitlán, Asunción Lachixila, San Juan Alotepec, San José Chiltepec, San Antonio Acatlán. **Puebla:** Xochitlán de Vicente Suarez, Teziutlán, Chignautla. **Quintana Roo:** Blanca Flor, Nuevo Jerusalem, Valparaiso. **Tlaxcala:** San Rafael Tenanyecac, San Mateo Ayecac. **Veracruz:** Ixtlahuixtla Soteapan, Benito Juárez, Tetlatzinga, Zaragoza, Tetahuicapan, Ursulo Galván, Ocosotla, Huayacocotla. **Yucatán:** Chablekal, San Agustín Tekax.

Integrantes de 40 organizações civis ou movimentos sociais:

Campeche: Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil (CRIPX), Ka' Kuxtal. **Chiapas:** Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas (Frayba), Instituto de Formación y Capacitación Campesina (Ifcam) **Chihuahua:** Centro de Capacitación y Defensa de los Derechos Humanos e Indígenas (Cecaddhi), Consultoría Técnica Comunitaria (Contec). **Colima:** Consejo Indígena por la Defensa del Territorio. **Guerrero:** Enlace, Comunicación y Capacitación, Radio comunitaria Naxme, Grupo de Estudios Ambientales (GEA). **Distrito Federal:** Asamblea Nacional de Afectados Ambientales (ANAA), Frente Autónomo Xochimilco, Centro

de Investigación y Capacitación Rural (Cedicar), Jóvenes Ante la Emergencia Nacional (JEN), Centro Nacional de Apoyo a las Misiones Indígenas (Cenami), Movimiento de Liberación Nacional (MLN), Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam). **Edomex:** Consejo Indígena del Trueque, Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra. **Hidalgo:** Comité de Derechos Humanos de las Huastecas y Sierra Oriental (Codeso). **Jalisco:** Un Salto de Vida, Pueblos de la Barranca, Colectivo por la Autonomía, Jal (COA). **Michoacán:** Kokon. **Oaxaca:** Consejo de Pueblos Unidos en Defensa del Río Verde



Foto: Leonardo Melgarejo

(Copudever), Organización de Agricultores Biológicos (Orab), Centro de Derechos Humanos y Asesoría a Pueblos Indígenas (Cedhapi), Tequio Jurídico, Unión de Organizaciones de la Sierra Juárez de Oaxaca (Unosjo). **Puebla:** Unidad Indígena Totonaca Náhuatl (Unitona), Asamblea Social del Agua. **Quintana Roo:** Educación Cultura y Ecología (Educe). **Tlaxcala:** Centro Fray Julián Garcés, Por un Atoyac con Vida. **Veracruz:** Fomento Cultural y Educativo, Consejo Comunitario Nahua, Centro Regional para la Educación y la Organización Popular (Creo), Radio Huayacocotla. **Yucatán:** Indignación, Bioasesores. **Internacionales:** Vía Campesina; GRAIN y Grupo ETC.

Rumo ao VI Congresso da CLOC VC

Entrevista com Francisca Rodríguez
Agencia Paco Urondo (APU)

Conscientes da fortíssima pressão às democracias por parte “da oligarquia continental” e dos avanços sangrentos para concentrar água, terra e riquezas minerais, uns 800 delegados de organizações camponesas da América Latina se preparam para estar, entre os dias 10 e 17 de abril – Dia Internacional de luta Camponesa – em Buenos Aires.

Francisca Rodríguez “Pancha”, é fundadora da Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo, (CLOC Via Campesina), integrante da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI) do Chile. Durante reuniões preparatórias do VI Congresso da CLOC-VC, Pancha contou a APU o nascimento da organização continental.

Como nasceu a CLOC? Aparecemos em 89. Quisemos gerar uma ação frente a campanha para celebrar o descobrimento da América. Dissemos “aqui não tem nada que celebrar e sim tem muito por descobrir de nós mesmos”. Era um momento muito difícil: havia caído o socialismo, a revolução da Nicarágua estava fortemente afetada e na América do Sul restavam ficaram ditaduras militares. A queda do socialismo nos impactou fortemente, parecia que o mundo estava acabando para nós, que até ali havia chegado nosso processo. Mas nos propomos o objetivo “vamos fazer cinco anos de campanha mas de autodescobrimento desde nossas resistências”. Depois, o reencontro entre organizações indígenas, camponesas, afrodescendentes, abriu uma ponte com o mundo popular que foi sinal que marcou o desenvolvimento e visão nova do movimento camponês.

Assim geramos o espaço para a Via Campesina, que saiu a caminhar desde a América para se converter em uma organização mundial, uma das maiores referências das lutas contra o sistema. Se propôs ser um caminho, por isso é a via e não uma associação nem a união de camponeses em nível mundial e é um objetivo que sejamos capazes de criar uma via alternativa desde o mundo camponês ante o sistema neoliberal.

Quais são as principais experiências a nível continental? Reunimos experiências históricas que vinham do mundo sindical. Havia um processo emergente no Brasil com o Movimento dos Sem Terra (MST), ou organizações de mulheres de vários países como na República Dominicana, ou a Bartolina Sisa na Bolívia. Com estas experiências, geramos uma nova dinâmica organizacional e demos vida ao que hoje é a CLOC.

O processo argentino como surge e as mulheres que papel jogam? Novos movimentos, como o Movimento dos Sem Terra, surgiram na região e particularmente na Argentina. E nós fomos gerando como mulheres, espaços próprios para participar no político e social. Por isso falamos autodescobrirmos. O objetivo das mulheres da América foi autodescobrirmos em nossas resistências e em nossas capacidades para nos mover nas organizações.

O crescimento foi parelho nos distintos países? Houve uma evolução parelha. Não é fácil manter uma organização como a nossa em um espaço de articulação por mais de 20 anos. Nos não temos estruturas, mas as comunicações modernas nos facilitaram o trabalho e assumimos a tecnologia com uma visão criadora “não como vício”. A tecnologia deve ser usada para desenvolvimento e projeção do ser humano, não para auto limitação e destruição. Eu a mais de 68 anos, ainda que tenha que pedir para meus netos, lido com a tecnologia e nos comunicamos de forma imediata.

Quer dizer, a tecnologia ajudou o processo político de encontro e articulação. Contribuiu para um processo que projeta um desenvolvimento de consciência e de valores. Nos defendemos fortemente porque o sistema foi brutal nestes últimos anos e provocou uma perda de consciência muito forte no povo e nas pessoas em geral, gerando um clima de odiosidade entre nós e não de encontro.

Voltando a experiência argentina... A experiência argentina não está nos outros países. Tem haver com as características daqui. Me refiro ao encontro concreto entre camponeses e um movimento social urbano que possa tomar nossas bandeiras.

O que é a soberania alimentar. Vamos dizer primeiro que a Via Campesina é um objetivo, é gerar uma via alternativa ao modelo, mas, com uma proposta para a humanidade, que é a soberania alimentar, quer dizer, o direito a alimentação que tem os povos e para nos a responsabilidade de produzir estes alimentos. Nunca se pensou que os camponeses iam fazer uma proposta que ultrapassasse o campo para se converter em proposta de muitos.

Quando o fizemos foi em defesa nossa. Durante a primeira Conferencia Mundial da Alimentação (1996), que se confrontou com enorme quantidade de famintos no mundo. Os governos propuseram a segurança alimentar, vista

desde a capacidade que tem os povos para comprar alimentos e nós dissemos “não, não é um problema de segurança alimentar e sim de soberania alimentar”. Quer dizer, como os governos geram a capacidade para produzir nossos próprios alimentos e geram intercâmbios solidários entre os povos para os que não tenham a capacidade de produzi-los. Isso devia ser feito no mundo. Sem comida tu morre, assim que produzir alimentos, garantir a alimentação da população, é ter um futuro. A soberania alimentar foi nossa grande proposição ao dizer que não é um tema do campesinato e sim da sociedade. O tema da terra, o tema da água, não são problemas do campesinato, são problemas das sociedades.

Os camponeses são os únicos que falam disto?

Fomos os primeiros a tomar consciência, mas não os únicos. Conquistamos a geração de consciência frente aos perigos do sistema de produção capitalista tão forte: agrotóxicos, aquecimento global. Temos que mudar muitas coisas, temos que mudar o sistema de produção e o sistema de consumo. O capital instalou seu sistema de produção que induz o consumo e isso determina sua vida e a de outros.

Disseste que estão surpresos pela articulação com o Movimento Evita.

Estou surpresa com a articulação com o M-Evita que tem esta particularidade que não está nos outros países. Nós que estamos tão próximos, ao menos eu, que tenho caminhado tanto na vida nestes processos, me satisfaz ver florescer movimentos como o camponês que pela primeira vez na Argentina é de caráter nacional e diverso. Sempre eram os camponeses da região pampeana, os de Córdoba e não havia uma construção nacional. Assim, este encontro facilita e assim o viram os companheiros, esta relação que nós necessitamos com urgência restabelecer, armar esta ponte entre campo e cidade que está quebrada.

Os processos contra a reforma agrária em nossos países foram fortes e esse vínculo entre campo e cidade se rompeu porque se romperam as estruturas sociais e os aliados principais que os camponeses tinham como centrais sindicais, hoje em dia não estão, por tanto há novas alianças desde o mundo camponês: indígenas, movimentos de mulheres, com os ambientalistas, com os consumidores. Igual nos descuidamos da aliança com os trabalhadores.

Este olhar do movimento camponês não tinha 20 anos atrás e isto nos permite mobilizações mais amplas, porque os problemas não são dos camponeses somente. Esta visão ainda não está clara, lamentavelmente, nos lugares de construção de poder político. Ainda não se deram conta. Os partidos políticos ficaram defasados de ter uma visão dirigida para o fortalecimento da defesa dos territórios como um direito ancestral de indígenas e camponeses.



Fumigación de piña en Costa Rica. Foto: Franasapp

O que busca o VI Congresso. Apontar as grandes linhas para os próximos quatro anos e uma visão do que passou neste período: os avanços, os retrocessos, as dificuldades e travas. Com que cenário político nos enfrentamos para seguir avançando em nossas lutas pela soberania alimentar e terminar com a concentração da terra. Devemos por na disputa nacional o avanço da mineração que é o saque de recursos naturais, porque não só se leva o mineral, mas ocupa e rouba nossa água. Quais alianças temos que construir “contra o saque do império América Luta”, é nossa palavra de ordem, e continuamos lutando. O fazemos para reestabelecer este vínculo entre campo e cidade, os problemas que propomos são da sociedade e por tanto temos que gerar frentes comuns de resistência. Necessitamos que compreendam a fundo o sentido de nossa luta.

Porque em Buenos Aires? Porque a Secretaria Operativa está aqui e para apoiar o desenvolvimento político de nossos movimentos locais. Acreditamos que a Argentina vive uma conjuntura política muito complexa e necessitamos renovar a esperança. Temos uma palavra de ordem: *Globalizemos a luta, Globalizemos a Esperança*. Nosso congresso tem que animar a luta e a esperança do povo argentino. Sentir que não estão sozinhos frente a brutal violência, a ferocidade do sistema e dos capitalistas e da direita que são sua máxima expressão.

A audácia que têm para converter o que ontem foram golpes militares em golpes populares é algo que não tivemos a capacidade de ir vendo no tempo preciso. Este Congresso tem a responsabilidade de apoiar fortemente o MNCI e também contribuir frente a este ataque tão forte que estão vivendo. Não é fácil se levantar quando nos destruíram a metade de nosso coração, as feridas e as dores ainda estão ai, mas o nosso é um Congresso de Esperança.

VI Congresso Continental CLOC-Vía Campesina

A Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo CLOC-LVC está realizando, enquanto organizamos esta revista, seu VI Congresso em Buenos Aires, Argentina. A proposta é “Pela Soberania alimentar sustentada na realização de reformas agrárias integrais e populares para produzir os alimentos que nossos povos requerem e que a humanidade necessita para garantir seu desenvolvimento pelas terras, territórios e as sementes camponesas e indígenas, geradas na relação de amor com a natureza, com a Mãe Terra, que nos indica os caminhos para o Bem Viver” e sua palavra de ordem: “Contra o Capitalismo, pela soberania de nossos povos, América Unida segue em Luta!”

Os desafios da reforma agrária integral e popular

Marina dos Santos

Nas últimas décadas, em todo o Continente Latino Americano, os/as camponeses/as, indígenas e afrodescendentes vivem um processo permanente de disputa entre dois projetos na agricultura: um do capital e outro dos trabalhadores.

De um lado, defendendo o projeto do capital, estão os latifundiários, as empresas capitalistas nacionais e multinacionais, os bancos, os grandes meios de comunicação e os governos conservadores. Esse setor, vem a todo custo tentando concentrar a terra, a água, os minérios e os produtos, produzindo em áreas de monocultivos com prioridade para exportação utilizando cada vez menos mão-

de-obra e utilizando cada vez mais agrotóxicos, se apropriando das sementes e transformando-as em patentes privadas e utilizando-se da transgenia, bem como apropriando-se e disputando cada vez mais os territórios com as populações tradicionais, colocando em risco todos os bens da natureza. São os chamados agrohidronegócios e o mineral-negócio, com o principal objetivo de conquistar o lucro máximo.

De outro lado, estão os camponeses/as, comunidades indígenas, trabalhadores agrícolas, afrodescendentes, pescadores e mulheres tentando resistir e construindo um modelo de produção baseado no trabalho, na viabilização de suas vidas no campo, na produção de alimentos saudáveis para si e para os trabalhadores urbanos, na preservação e recuperação do meio ambiente.

Estes dois projetos nos deixa claro que o que está em disputa na agricultura é a luta de classes entre o capital e os trabalhadores. O agrohidronegócio e o mineral-negócio com o apoio dos governos através de políticas públicas de incentivo com grandes volumes de recursos, se tornaram hegemonia na sociedade, afinal passaram a priorizar os investimentos na produção de soja (se transformando nos maiores produtores e exportadores de soja do mundo), de milho, de cana-de-açúcar (com suas usinas para açúcar e etanol), no cultivo extensivo de eucalipto para celulose para produção de carvão vegetal (para usinas guseiras siderúrgicas de exportação do minério de ferro) e pecuária extensiva. Poucas empresas agroindustriais de capitais nacionais e estrangeiro passaram a controlar praticamente todo o comércio das commodities e houve uma crescente centralização do capital

que atua na agricultura pois passaram a controlar as sementes, os fertilizantes, os agroquímicos, o comércio, a industrialização de produtos agrícolas e o comércio de máquinas agrícolas. Tudo isso, trazendo sérias mudanças e consequências estruturais na propriedade da terra, da produção, do emprego e da renda para os trabalhadores do campo e da cidade pois nessa correlação de forças, o agronegócio segue em ofensiva na concentração dos bens da natureza, na disputa territorial e utilizando a mídia burguesa para fazer propaganda de seus feitos e contra os trabalhadores.

Para os movimentos camponeses, indígenas, afrodescendentes e pescadores organizados na América Latina, desde a Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo – CLOC, está claro que para enfrentar esse modelo, hoje a luta passa por enfrentar o debate da Reforma Agrária Integral e Popular. Porque? Porque a partir da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital e da inviabilidade da Reforma Agrária clássica, sob hegemonia da burguesia, que se pretendia apenas dividir a terra para desenvolver as forças produtivas do campo e mercado e servir para o desenvolvimento do capitalismo, não é mais necessária, apesar de ser tido muito importante para a humanidade, especialmente nos países onde fora realizada. Hoje, com o sistema financeiro em vigência, a burguesia não quer mais fazê-la, abandonou-a, em outras palavras: não precisa mais dela. Porém, os governos não conseguiram resolver os conflitos sociais e naturais da sociedade capitalista: dos sem terras, das comunidades indígenas, dos quilombolas, dos atingidos pelas mineradoras e barragens, dos desmatamentos, da contamina-

ção das águas e mananciais, da contaminação dos alimentos por agrotóxicos, da destruição ambiental, da falta de perspectiva da juventude do campo, da exploração e violência causada às mulheres, da eliminação da biodiversidade, da concentração da terra e todos os bens da natureza, dentre outros.

A Reforma Agrária Integral e Popular é uma concepção de Reforma Agrária que interessa não somente os camponeses, mas o conjunto da classe trabalhadora, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem nos grandes centros urbanos. Sinaliza para o conjunto das bases dos movimentos e todos os aliados da sociedade, de que essa Reforma Agrária que defendem é sobretudo Popular!

Essa proposta de Reforma Agrária Integral e Popular, requer medidas amplas, para além da distribuição da terra, que sintetiza o modelo de agricultura defendida pelos movimentos. É uma forma de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agrohídronegócio e do mineralnegócio e propõe um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades dos povos. Serve também para orientar os movimentos nas lutas, nas pautas de reivindicações e nas ações práticas por longos anos.

Os pilares da Reforma Agrária Integral e Popular consiste em:

1. Democratização da terra: garantias de que a Reforma Agrária não seja somente a distribuição das terras, mas o acesso a todos os bens da natureza e os de produção na agricultura. Compreendendo tudo que esteja naquele território, como as matas, florestas,

águas, minérios, sementes e toda biodiversidade, proibindo o desenvolvimento de projetos de extração mineral por parte de empresas nos territórios reformados, pois os minérios devem ser utilizados de forma sustentável, em benefício da comunidade e de todo o povo. Da mesma forma, exigir que a posse e o uso da água estejam subordinados aos interesses e necessidades de toda a população, pois a água é um bem na natureza e deve ser utilizada em benefício de toda a humanidade, por isso, a água não é mercadoria e não pode ter propriedade privada. Também a garantia a todos os trabalhadores e trabalhadoras do direito ao acesso a terra para morar e trabalhar.

2. Organização da Produção

Agrícola: priorizar a produção de alimentos saudáveis para toda a população, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Desenvolver programas de soberania energética em todos os territórios, com base em fontes alternativas renováveis, como vegetais não alimentícios, energia solar, hídrica e eólica. Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola.

3. Desenvolver uma nova matriz tecnológica de produção e distribuição da riqueza na

agricultura: exigir dos Estados políticas de créditos, pesquisas e financiamentos voltados para uma produção agrícola baseadas na agroecologia e com aumento de produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza. Garantir programas de reprodução, armazenagem e distribuição das sementes crioulas e agroecológicas de produção dos camponeses,

inseridos no programa de soberania alimentar do país. Combater a propriedade privada intelectual das sementes, animais, bens naturais, biodiversidade ou sistemas de produção e combater a produção e comercialização de agrotóxicos e sementes transgênicas em todos os países.

4. Industrialização e política

agrícola: desenvolver pequenas agroindústrias no interior do país, garantindo agregar valor à produção e gerar maior renda para a população camponesa e promover um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, assim como desenvolver centros de pesquisas, qualificação técnica e intercâmbio de conhecimentos, voltados para as atividades das agroindústrias e a preservação ambiental. Exigir do Estado políticas públicas que garantam os instrumentos de política agrícola para todos os/as camponeses/as – garantias de preços rentáveis, crédito rural adequado, seguro rural, assistência técnica e tecnológica, armazenagem, máquinas, equipamentos e insumos necessários para a atividade agrícola. Exigir que os/as camponeses/as tenham participação efetiva na formulação de todas as políticas públicas para a agricultura.



Foto: Leonardo Melgarejo

5. Educação: o acesso a educação é uma das condições básicas da construção do projeto de Reforma Agrária Integral e Popular, pois a educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem e respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais. Para isso, exigir do Estado e implementar programas massivos de alfabetização de jovens e adultos do campo, universalizar o acesso à educação básica e ampliar o acesso de jovens e adultos à educação profissional de nível médio e superior com prioridade às demandas e de desenvolvimento do conjunto das comunidades camponesas.

6. Lutas: sem um profundo processo de lutas, organização e pressão pelo conjunto da sociedade, não será possível conquistar esse projeto de Reforma Agrária Integral e Popular. Este, só será possível com enfrentamento do campesinato à esse modelo, através das lutas, das ocupações de terras, de resistência e de sobrevivência. A realização deste projeto de transição dos bens da natureza e da agricultura Latino Americana, só será superado quando for de fato uma bandeira defendida pelo conjunto da sociedade, em um contexto histórico de existência e aliança entre governos populares, que coloque o Estado a serviço das maiorias, com um movimento de massas, que coloquem os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes pelas mudanças.

Diante desse quadro, vários desafios estão colocados nesse momento histórico, que são sentidos especialmente nesse período de preparação e realização do VI Congresso da CLOC, a realizar-se, de 10 a 17 de Abril,

em Buenos Aires, Argentina.

Atuar prioritariamente, nas contradições do capital e do agrohidronegócio e do mineral-negócio. É necessário identificar em cada país os principais inimigos dos/as camponeses/as e fazer ações de denúncias sobre as contradições para toda a sociedade. Bem como realizar ocupações nos grandes latifúndios, enfrentando o debate da função social da terra;

Atualizar o estudo e debate sobre as experiências e processos de Reformas Agrárias existentes e aprofundar sobre o conceito de Reforma Agrária Popular;

Durante a realização do VI Congresso, debater temas importantes, que dialogam diretamente com as comunidades afetadas, como: povos originários, assalariados, barragens e trocas de experiências nos temas de soberania alimentar, agroecologia, feminismo popular e socialismo; Bem como realizar lutas concretas em defesa da terra, água e Reforma Agrária;

Continuar a realização de missões e de solidariedade entre os países com mais conflitos de terras, como Guatemala, Honduras, Panamá, Colômbia e Paraguai, sobretudo ao Brasil em 2016, quando se completam 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, e a impunidade sobre o massacre perdura;

Continuar exigindo dos governos que cumpram as deliberações da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR, em cada país e em nível internacional, realizada em Porto Alegre – Brasil, em março de 2006;

Massificar o processo de formação da juventude do campo e articular-se com a juventude urbana, buscando fortalecer os laços de organização e ações conjuntas;

Continuar trabalhando e acompanhando o tema dos Direitos Campesinos para garantir que em 2016, seja aprovado pela ONU;

Por fim, as raízes da Reforma Agrária Integral e Popular não estão somente no esgotamento objetivo da reforma agrária clássica. Elas brotam e crescem no enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital, que cada vez mais se apropria de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular para transformar tudo em lucro. Por isso, essa proposta não se destina apenas aos trabalhadores do campo, ela abrange todas as forças e seguimentos que acreditam nas mudanças da sociedade. Por isso, acreditamos ser fundamental articular alianças com os trabalhadores das cidades, como forma de enfrentar a correlação de forças na luta de classes e buscar ter conquistas concretas para o avanço cada vez mais, nas bases dos movimentos e na sociedade em geral, da Reforma Agrária Integral e Popular.

*É da Direção Nacional do MST/Brasil e Membro da Comissão Política da Coordenação Latino Americana de organizações do Campo – CLOC, pela América do Sul.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- PROGRAMA AGRÁRIO DO MST; Secretaria Nacional do MST, 2013, São Paulo.
- DOCUMENTOS DE TRABAJO RUMBO AL VI CONGRESO CONTINENTAL DE COORDEINADORA LATINO AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DEL CAMPO; Secretaria Operativa, 2014, Argentina.
- RELATÓRIO DA REUNIÃO DO COLETIVO TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO DA VIA CAMPESINA INTERNACIONAL; Roma, Janeiro/fevereiro 2015, Itália.

Equador

Um código de privação

Esperanza Martínez

Ainda que historicamente as políticas de conservação tenham servido para privar as comunidades locais do controle dos seus territórios, os temas ambientais se converteram, ainda que com limites, em uma das ferramentas para exigir limites aos grandes projetos destruidores da natureza, ou pelo menos para a reclamação por parte das comunidades quando seus direitos são violados.

No Equador proximamente se aprovará um novo “Código Ambiental”, mas este código não responde aos temas constitucionais que reconhecem os direitos da natureza, o Sumak Kawsay, ou a plurinacionalidade. Pior ainda, as agendas propostas desde movimentos sociais ou ecologistas. Ao contrário, será uma ferramenta usada para sustentar a privatização da conservação, a mercantilização das funções da natureza e o uso da proteção ambiental como argumento para a privação das comunidades de seus territórios, e para facilitar a acumulação das empresas, o que é próprio das tendências neoliberais.

O novo código ambiental do Equador é altamente desregulado e outorga as decisões a autoridade

ambiental, que por hora é parte do Ministério de Setores Estratégicos, desde onde se planejam e implementam os grandes projetos.¹

O projeto de Código Ambiental é na prática, um retrocesso na normativa ambiental na maioria dos temas que aborda. Mas, além disso, se retorna ao ponto já superado na década de 1990: aquele que pretendia responsabilizar – e agora castigar – aos pobres pelos problemas ambientais.

Enquanto a autoridade ambiental tem o objetivo de facilitar as permissões para os megaprojetos, se cria um regime que impõe uma grande quantidade de dificuldades para os pequenos produtores e as comunidades. Se simplificam os requisitos ambientais para os projetos de alto impacto, inclusive permitindo auto controle, enquanto que se submete aos camponeses, pequenos artesãos e comunidades indígenas a requisitos e formalidades que dificilmente poderiam cumprir. Se assume que eles têm o mesmo grau de responsabilidade ambiental que o provocado pelas atividades de grande escala.

Uma mostra de como se trabalharão os temas ambientais no futuro é o ocorrido recentemente no setor de La Trinitaria, em Guayaquil. La Trinitaria é uma ilha nos afluentes do Rio Guayas,

ocupada por populações urbanas marginais, carentes de todo tipo de serviços. Com altos níveis de violência, se procedeu no mês de abril um despejo massivo de seus moradores. O argumento era resguardar a segurança ambiental da zona de travessia de um projeto hídrico, criar um parque ecológico e impulsionar um projeto de recuperação do mangue. O despejo, a expulsão são chamados de projetos de “reassentamento involuntário de famílias”.²

No Equador, como em todos os países da região, a defesa do ambiente foi parte das lutas dos movimentos sociais. A defesa dos rios, dos bosques, das detenções, têm estado, umas vezes implícitas e outras explicitamente na agenda das lutas populares. No entanto, hoje se tenta impor desde o aparato estatal uma ruptura com esta sintonia, para fazer do ambiente, um argumento de privação e expulsão e da pobreza um problema ambiental.

Notas:

1 O 8 de maio de 2013, com o decreto executivo 1507 se eliminou o Ministério de Patrimônio Natural e Cultural ao qual pertencia o Ministério de Ambiente e este passou a ser parte do ministério coordenador de setores estratégicos.

2 Ministério de Desenvolvimento Urbano e Moradias. Subsecretaria de Habitación e Assentamientos. Programa de Desenvolvimento Urbano do Equador, Análise Ambiental 2011.

Equador

Apagando decisões dignas com o cotovelo

Adolfo Maldonado

Comissão Interinstitucional
Com as pulverizações (CIF)

No final de 2006, o recém eleito presidente do Equador, Rafael Correa, antes de tomar posse do seu mandato, recorreu a fronteira comum com a Colômbia e ali, diante de centenas de camponeses, assegurou que “nunca

mais” entraria ao Equador uma gota de glifosato procedente das pulverizações do Plano Colômbia em sua luta contra os cultivos ilícitos, para afetar o território equatoriano.

Um ano e meio depois, este gesto de dignidade foi seguido de outro. Equador interpôs na Corte Internacional de Justiça de La Haya uma demanda contra a Colômbia na qual se pedia: a declaração de que a Colômbia havia violado a soberania do Equador e os princípios de Direito Internacional; que se ordenasse à Colômbia que terminasse de maneira imediata e definitiva todas as pulverizações aéreas dentro dos 10 quilômetros de fronteira

com o Equador; e que se ordenasse a reparação ao Equador pelos danos causados à população e ao meio ambiente.

No entanto, 6 anos depois, em 11 de setembro de 2013, o mesmo dia que se comemorava a queda das torres gêmeas nos EUA, caiu também no Equador a postura de dignidade sobre este tema. O chanceler Patiño não só mudava o “nunca mais” por um “já veremos” mas também mentia aos camponeses convocados na fronteira dizendo que o acordo com a Colômbia, assinado dois dias antes, não se assinaria sem o consentimento deles.

O mencionado acordo, no qual Equador descartava continuar com o juízo em La Haya, não só aceitava que a Colômbia não pedisse desculpas pelos danos causados e demonstrados desde outubro de 2000 a dezembro de 2006; mas que implicava a renúncia de suas três demandas. Equador, com este acordo, não brigou pela soberania manchada, nem pelo direito internacional. Também renunciou à franja de 10 km de proteção, aceitando que as pulverizações aéreas se aproximassem novamente a sua fronteira, primeiro a 5 e um ano depois a 2 quilômetros e maquiou a indenização por 15 milhões de ajuda ao “desenvolvimento da fronteira” por parte da Colômbia.

O governo do Equador se converteu com isso em cúmplice das políticas de pulverizações aéreas da Colômbia ao aceitar as mesmas condições que o Programa de Erradicação de Cultivos Ilícitos com Glifosato (PECIG), impulsionou desde 2003, e que em 2007 foram rechaçadas pela Comissão de Cientistas Equatorianos em seu relatório ao presidente.

Depois de diversas ações e pressões do Comitê Interinstitucional contra as Pulverizações (CIF), se tornou público um protocolo submetido às diretrizes da Colômbia. O protocolo exige entregar uma informação detalhada e precisa da pessoa queixosa que na região de fronteira, com isso poderiam ser destacados ou identificados por grupos armados. Mas, além disso, as pessoas que tenham reclamação deverão assumir uma enorme carga burocrática na apresentação de provas, fossem estas por problemas de saúde (histórias clínicas incluídas de centros hospitalares distantes) ou ambientais (mapas de localização), com formulários idênticos aos colombianos. Finalmente a decisão de aprovar o não a queixa está nas mãos da Comissão Técnica Binacional, na qual participa a mesma instituição que pulveriza (DIRAN).

A informação é recebida pela Defensoria do Povo do Equador (DPE) e esta, sem sequer analisar, a entrega ao Consulado da Colômbia mais próximo. A DPE se transforma em correio, sem ser parte da solução.

Quando em outubro de 2014 se denunciou as pulverizações no Departamento de Putumayo colombiano, estas não estavam ocorrendo a mais de 5 km da fronteira como estava previsto, senão que os aviões eram visíveis desde o lado equatoriano ao longo de mais de 200 km de fronteira, um estudo do CIF encontrou: Que as pulverizações não só eram visíveis, mas perceptíveis por seu odor. Que 66,2% das pessoas que as presenciaram se queixaram de danos na saúde, especialmente problemas digestivos ao tomar a água que se contaminou e que a sintomatologia se manteve por mais de 15 dias. Que 56,5% da população manifestou haver sentido medo, outra vez, e 45,3% angústia. Que em duas de cada três famílias houve morte de animais de granja. Que 77,8% das famílias manifestaram perdas em seus cultivos.

Mas sobretudo que enquanto nenhum funcionário da Chancelaria havia se deslocado para a região, sendo que estavam advertidos do que ia acontecer, o CIF, mandando plantas para análise na Alemanha, encontrou nelas presença de glifosato e de seu metabólico AMPA. Assim se comprovou que o glifosato do Plano Colômbia que “nunca mais” ia entrar, o fez pela porta grande que lhe foi aberta e o voltará a fazer.

A vergonha deve ser insuportável. Em 20 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS), depois de um estudo de um ano que envolveu 17 cientistas, concluiu em seu relatório que “existem provas convincentes de que o glifosato pode causar câncer em animais de laboratório e existem provas limitadas de carcinogenicidade em humanos”, o que eleva o grau de toxicidade deste produto para a categoria 2 A “provavelmente cancerígeno para os seres humanos”.

Na Colômbia se está orvalhando a cada ano, somente neste programa, cerca de 3,5 milhões de litros de glifosato. Se um dia a posição equatoriana questionou desde a dignidade científica estes procedimentos, hoje a política os avaliza e os permite as custas da humilhação de quem as sofrem.

Pulverizações aéreas e paz territorial: Existem alternativas?

Ricardo Vargas*

37



Fumigaciones con glifosato para supuestamente erradicar cultivos ilícitos

Este mês na seção de Mitos apresentamos o caso das pulverizações com glifosato, como maneira de erradicar colheitas “ilegais”. Depois de duas décadas de pulverizações, existem muitas queixas sobre sua eficácia, seus métodos e seus efeitos sociais e ambientais. A Organização Mundial de Saúde OMS acaba de qualificar o glifosato como potencialmente cancerígeno (em consequência reclassificado como substância 2 A).

Dois décadas de pulverizações. Há vinte anos começaram na Colômbia as pulverizações contínuas dos cultivos de folha de coca, e se calcula que as pulverizações aéreas tenham afetado 1 milhão 753 mil 386 hectares.¹ Os efeitos destas pulverizações foram negativos: as pulverizações se concentraram nas mesmas regiões durante 20 anos. Produziram deslocamentos das plantações, e ocasionaram desastres sociais, políticos, de segurança ambiental. Os cultivos ilícitos se transformaram, cada vez mais, em um componente da economia de guerra.

A concentração das pulverizações no médio e baixo Caguán, no entorno de San José Del Guaviare, El Retorno, Calamar, Miraflores, Baixo Putumayo e desde o ano 2000 no Pacífico narinense e Baixo Cauca, põem em evidencia que sua intenção real é produzir efeitos imediatos e indicadores de

êxito. Mas os resultados foram marginais, pois muitas destas regiões foram pulverizadas e seguem no replantio da folha de coca, como demonstram os mapas desde que opera o sistema de monitoramento de cultivos de coca das Nações Unidas (SIMCI).

Assim não serviram para acabar com os plantios, as pulverizações sem dúvida servem aos interesses de grandes empresas como Dyncorp, Monsanto, as fabricantes de aviões para esta atividade e de armas para helicópteros para a segurança dos operadores. Desde mediados dos anos sessenta, e junto com o México, Colômbia foi centro de experimentação de uso de venenos como o paraquat, assim aconteceu com os cultivos de maconha na Serra Nevada de Santa Marta, violando protocolos, dosificações e a escassa soberania nacional.

Sucessão de fracassos. Pese sua demonstrada ineficácia e seus efeitos negativos, a fórmula vem se repetindo durante os últimos cinco governos.

* O de Samper (1994 -1998), abandonado pelos Estados Unidos frente a ilegitimidade derivada do financiamento de sua campanha pelo cartel de Cali, se comprometeu a acabar com o problema “em quatro anos” e propiciar “um cenário de zero coca”. Em meio a crise desencadeada pelo processo 8 mil, o embaixador Myles Frechette quis impor ao governo pulverizações experimentais com químicos perigosos como o Imazapyr ou o Tebuthiuron. O fracasso foi estrondoso.

* Durante o governo de Andrés Pastrana (1998 – 2002) o nível de exigência se elevou com as experimentações no uso do fungo fusarium oxysporum, o qual produziu uma intensa mobilização de meios de comunicação, ativistas e defensores do meio ambiente e o protesto de alguns congressistas. Finalmente se suspendeu o programa, e em duas décadas foi a única derrota contundente da política antidroga na Colômbia. Este fracasso relegitimou o uso de Roundup Up Ultra, uma fórmula especial aplicada com dosificações desconhecidas e sem a menor possibilidade de que entes independentes exerçam uma inspeção ou de que os órgãos de controle previstos na Constituição possam dar conta da estrutura de uma política catalogada como de segurança nacional.

* Com o presidente Uribe (2002 – 2010) a pulverização chegou ao seu extremo: um total de 1 milhão 203 mil 874 hectares, isto é, 68,7% de toda a pulverização na Colômbia entre 1994 e 2012 (18 anos) em oito anos de governo. Mesmo com as pulverizações intensivas e extensivas, até 2012 a Colômbia seguia sendo o maior produtor mundial de cocaína.

Diagnóstico errado e pausa obrigatória. Grande parte do problema radica no diagnóstico sobre a expansão dos cultivos. A intensidade das pulverizações sob Uribe se associou com a tese da coca como fonte de financiamento da guerrilha, ignorando quem mostrou suas ligações com a crise de colonização e das economias camponesas dentro da fronteira agrícola.

Mais que da política de redução da oferta, a erradicação aérea fez parte de uma estratégia contra insurgente que une o pequeno produtor como parte da cadeia criminosa e de apoio a guerrilha. Sobre os pequenos produtores recai o estigma da criminalização, de que só pode se

redimir através de uma espécie de submetimento à justiça de fato, com sua inclusão forçada em programas como o de “Famílias Guardabosques”. Denominação eufemística para um programa cujo desenho técnico é um fracasso.

Agora, desde que começaram as pulverizações do herbicida Roundup Up Ultra, as FARC idearam técnicas de contenção mediante disparos de franco atiradores experimentados, como aquele do guerrilheiro que em 1994 chegou a alcançar o motor e derrubar um avião em Guaviare.

Em 2013 as autoridades dos Estados Unidos decidiram suspender as pulverizações por causa dos incidentes muito próximos no tempo: o disparo de um franco atirador matou um piloto estadunidense na Montañita (Caquetá) e outro piloto foi ferido uns meses atrás. Por isso se anunciou que as pulverizações não reiniciariam até que se blindassem melhor os aviões que pulverizam.

Pulverizações e processo de paz. Este anúncio coincidiu com a negociação sobre o tema das drogas em Havana e levantou uma onda de vozes que sugeriram a suspensão definitiva das pulverizações aéreas. Em desenvolvimento da negociação, as FARC recolheram o descontentamento das comunidades que suportaram 20 anos de pulverizações e que pagaram um custo muito alto. Por um lado as FARC atuam como prestadora de serviços de segurança aos mercados de pasta básica de cocaína e a uma boa parte da infraestrutura do circuito ilegal, por outro lado, no entanto, a guerrilha reclama o reordenamento institucional nestes territórios. Sobre este ponto existem muitas dúvidas.

* Em primeiro lugar, o fato de que as FARC renunciem a prestação de serviços de segurança a partes da cadeia da droga: a questão é que estão obrigadas a vigiar as atividades ilegais que se instalem ou resurjam em territórios sob seu controle? As FARC trataram de responder afirmativamente sempre quando se aceite sua demanda de criação de mais Zonas de Reserva Campesina (ZRC), solicitação que levantou muita resistência nos círculos mais tradicionais do campo porque a consideram como entrega de parte do território nacional às guerrilhas legalizadas.

* Em segundo lugar: é o governo da Colômbia ou o dos Estados Unidos quem decide realmente sobre as pulverizações? É possível pactuar a erradicação voluntária em troca de investimentos do Estado nestes territórios?

Quem decide, realmente? As poucas referências que os Estados Unidos fizeram sobre o tema nos últimos 20 anos deixam bastante clareza sobre o ponto: Washington foi extremamente hábil ao “nacionalizar” as decisões sobre pulverizações aéreas, construindo a aparência de que Bogotá é autônoma nesta estratégia, quando na realidade essas pulverizações são um ponto nevrálgico de sua política “anti drogas” na Colômbia.

A pergunta é clara: o governo colombiano tem capacidade de decidir em Havana sobre uma política que foi concebida, financiada e executada por entidades e empresas que obtiveram suculentos benefícios, em nome da continuidade de uma estratégia de redução da oferta?

Além do relatado nesta breve história, as poucas tentativas de suspender as pulverizações por parte do poder judicial colombiano foram respondidos com ameaças de crise nas relações bilaterais. Assim aconteceu quando em julho de 2011 o juiz 15 do circuito civil de Bogotá concedeu medidas provisórias às comunidades indígenas de Putumaro e ordenou suspender as pulverizações por violar direitos tradicionais³.

Washington também não suspendeu pulverizações por danos em programas de desenvolvimento alternativo, incluindo os de sua própria Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID por sua sigla em inglês) em diferentes regiões da Colômbia. O enfoque de segurança nestas ocasiões e a ingerência do Departamento de Defesa e setores duros do Departamento de Estado conduziram sempre à este tipo de tratamentos. Inclusive, as pulverizações causaram deslocamentos forçados que agravam o problema agrário colombiano e violentam direitos coletivos em territórios de indígenas e, sobre tudo, de afro colombianos. Empresas produtoras de palma – por exemplo no Baixo Mira e Frontera - colocaram cercas aproveitando a desordem que produzem as pulverizações.

Washington se mantém frio frente a estes fenômenos. Põe uma vela a Deus apoiando a restituição de terras, e outra ao diabo, mantendo as pulverizações como ação de guerra. A fixação de Washington nesta estratégia contrasta com o silêncio que ficou diante do saque da Direção Nacional de Entorpecentes (DNE) – calculado em três bilhões de pesos – entidade que foi tutelada por instâncias dos Estados Unidos. Também mantiveram silêncio sobre os vínculos de políticos com organizações narco-paramilitares e a presença de máfias regionais que hoje ameaçam a paz que surgiria de Havana. As alianças com o diabo, em uma prolongação de práticas da guerra fria, parecem explicar estes comportamentos.

Em síntese, resulta muito difícil que um tema com tão forte ingerência de Washington seja susceptível de negociar em Havana, principalmente pela postura esquizofrênica do presidente Santos em relação ao tema: de um lado, um discurso progressista diante das críticas sobre a eficácia da luta anti drogas, e, de outro, um conservadorismo interno que impede reformular as decisões anti drogas que exigem mudanças importantes – incluída a política sobre cultivos ilícitos em zonas de colonização.

De todas as maneiras, a convivência das pulverizações com programas de desenvolvimento alternativo resulta comprovadamente insustentável. E o governo colombiano não foi capaz de garantir mínimas condições de segurança nestes territórios que buscam saídas à





Foto: Jefry López

economia ilegal da coca. Se Bogotá não põe o tema frente aos excessos de Washington, este será outro fator que, da mesma forma que as máfias locais, impedirá o cumprimento dos acordos de Havana e portanto, a construção de uma paz territorial, tal como a formula o discurso oficial

A estes dilemas se soma a recente declaração do glifosato como potencialmente cancerígeno em uma relatório de início de abril de 2015 na França por parte da Agência Internacional para o Estudo do Câncer (IRAC), da Organização Mundial da Saúde (OMS), com sede em Lyon. Depois de um rigoroso estudo de um ano, se decidiu reclassificar o glifosato, como uma substancia tipo 2 A, quer dizer, aquela que pode causar câncer aos humanos, depois de se encontrar uma relação direta deste herbicida com o linfoma non Hodgkin, câncer do sistema linfático⁴.

Este resultado reestabelece a necessidade de suspender definitivamente as pulverizações contra cultivos de uso ilícito sob o princípio da precaução, dada a fundamentada dúvida que põe o documento da OMS. Já a Colômbia havia reconhecido em 2013 o dano causado pelas pulverizações na fronteira com o Equador e assinalou textualmente que a Colômbia “entende a reclamação da República do Equador que em ditas circunstancias haviam podido gerar efeito nocivo.”⁵ Em contraste com o Equador, o Estado colombiano perseguiu a quem denunciou os danos

do glifosato⁶ e se acobertou as comunidades gravemente afetadas. Quer dizer, o mesmo Estado colombiano contribui para impedir a inclusão social, política e territorial, daquelas zonas onde se aloja o conflito armado.

*** Sociólogo e investigador associado do Transnational Institute TNI.**

Notas:

1 Cálculo sobre a base de UNODC, “Colômbia Monitoramento de Cultivos de coca, junho de 2006” y UNODC, “Colômbia Monitoramento de Cultivos de Coca 2012”, junho de 2013.

2 <http://lasillavacia.com/historia/dos-meses-sin-fumigacion-de-coca-46323>

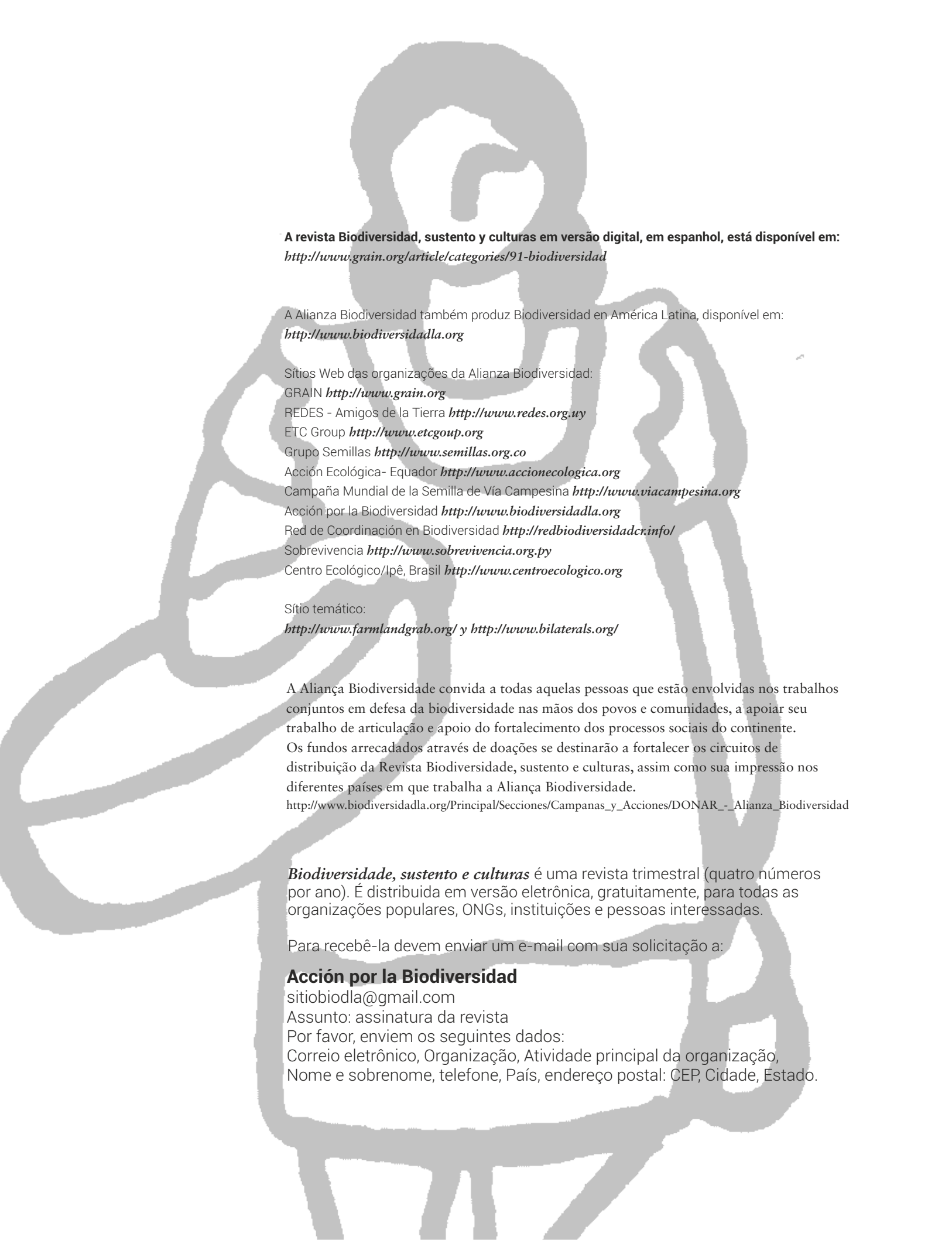
3 Veja-se Revista Semillas No. 36/37, “La consulta previa en proyectos desarrollados en territorios indígenas y afrocolombianos”, (A consulta prévia em projetos desenvolvidos em territórios indígenas e afrocolombianos) 21 de outubro de 2008. Veja-se “Fumigaciones y Conflicto en Colombia: al calor del debate”, (Pulverizações e conflito na Colômbia: no calor do debate) TNI Documentos de debate núm. 2, setembro 2001, Amsterdam.

4 Veja-se Corzo, Álvaro “El glifosato puede causar cáncer” en El Espectador, (O glifosato pode causar câncer no El Espectador) Abril 2 de 2015.

5 Veja-se Gil, Laura, “Secreto”, (Segredo) no El Tiempo, 1 de outubro de 2013.

6 No período do presidente Pastrana, funcionários de alta qualificação científica do Ministério de Saúde que deram seu conceito técnico diante de um Tribunal onde se instaurou uma demanda por danos do glifosato, foram posteriormente despedidos fulminantemente.

Ver <http://www.razonpublica.com/index.php/conflicto-drogas-y-paz-temas-30/7390-fumigaciones-aereas-y-paz-territorial-%c2%bfhay-alternativas.html>



A revista **Biodiversidad, sustento y culturas** em versão digital, em espanhol, está disponível em:
<http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:
<http://www.biodiversidadla.org>

Sítios Web das organizações da Alianza Biodiversidad:

GRAIN <http://www.grain.org>

REDES - Amigos de la Tierra <http://www.redes.org.uy>

ETC Group <http://www.etcgroup.org>

Grupo Semillas <http://www.semillas.org.co>

Acción Ecológica- Ecuador <http://www.accionecologica.org>

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina <http://www.viacampesina.org>

Acción por la Biodiversidad <http://www.biodiversidadla.org>

Red de Coordinación en Biodiversidad <http://redbiodiversidadcr.info/>

Sobrevivencia <http://www.sobrevivencia.org.py>

Centro Ecológico/Ipê, Brasil <http://www.centroecologico.org>

Sítio temático:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Aliança Biodiversidade convida a todas aquelas pessoas que estão envolvidas nos trabalhos conjuntos em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação e apoio do fortalecimento dos processos sociais do continente.

Os fundos arrecadados através de doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Aliança Biodiversidade.

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). É distribuída em versão eletrônica, gratuitamente, para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la devem enviar um e-mail com sua solicitação a:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização,

Nome e sobrenome, telefone, País, endereço postal: CEP, Cidade, Estado.



Asociación Ecológica



red de coordinación en biodiversidad

